

2011: UM BILHÃO DE MOTIVOS PARA COMEMORAR

8 MILHÕES DE BRASILEIROS
CONFIANDO NA MARCA

110 MIL SONHOS DA CASA PRÓPRIA
REALIZADOS GRAÇAS AO NOSSO
CONSÓRCIO

R\$ 47 MILHÕES EM PRÊMIOS SORTEADOS
NA CAPITALIZAÇÃO

700 MIL PROJETOS DE FUTURO
DEPOSITADOS NA NOSSA PREVIDÊNCIA

100 MIL APÓLICES ATIVAS DO SEGURO
AMPARO, NOSSO PRODUTO POPULAR.

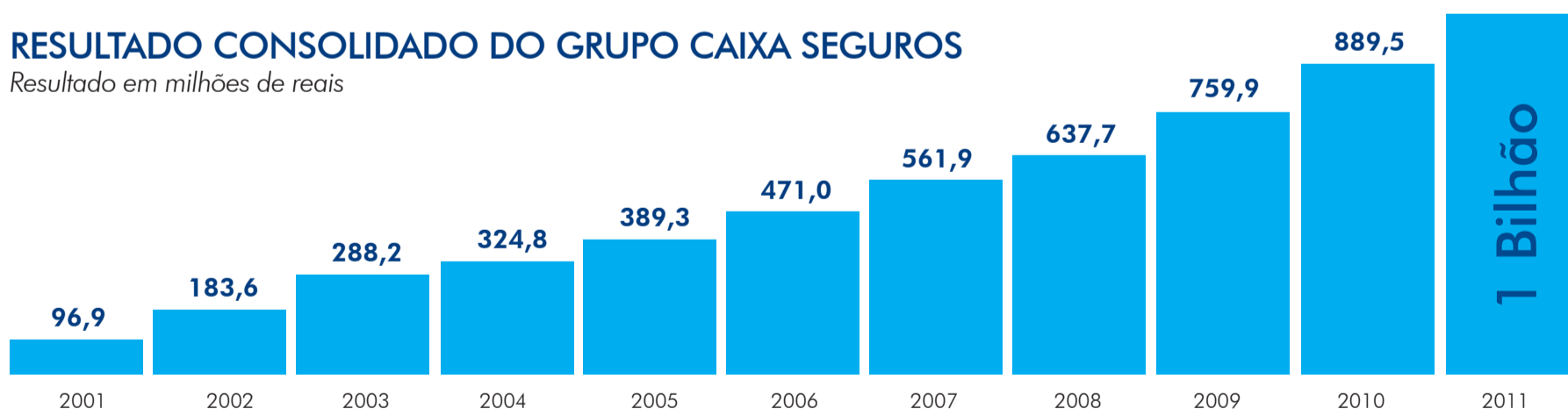
10 ANOS DE PARCERIA ENTRE DUAS
INSTITUIÇÕES PÚBLICAS: A CAIXA E
A CNP ASSURANCES



Nos últimos dez anos, espalhamos milhares de sorrisos pelo Brasil e aumentamos em mais de 10 vezes o nosso lucro líquido: **1 bilhão de reais**, o maior da história da empresa. Além disso, a CAIXA SEGUROS foi eleita a seguradora que mais respeita os clientes nas categorias previdência, seguro de automóvel e seguro residencial pela revista Consumidor Moderno. Tudo isso porque investimos em quem realmente importa: nossos clientes!

RESULTADO CONSOLIDADO DO GRUPO CAIXA SEGUROS

Resultado em milhões de reais



O lucro líquido do Grupo CAIXA SEGUROS cresceu exponencialmente nos últimos dez anos, fruto de um modelo de gestão calcado nos resultados operacionais, que prioriza o tripé: aumento de vendas, controle de sinistralidade e redução de despesas administrativas

CAIXA
SEGUROS E PREVIDÊNCIA
SEGUROS SAÚDE
CONSÓRCIOS
CAPITALIZAÇÃO



Relatório da Administração - Exercício de 2011

Senhores Acionistas,

Temos a satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações contábeis da CAIXA SEGUROS HOLDING S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

A CAIXA SEGUROS HOLDING S.A. foi constituída com a finalidade de controlar as empresas do Grupo Caixa Seguros. Conforme reestruturação societária promovida ao final do exercício de 2011, a Companhia passou a ser acionista direta das empresas Caixa Consórcios S.A., Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A., Caixa Seguros Assessoria e Consultoria Ltda. e Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda. Esta reestruturação depende da homologação da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

A Companhia foi constituída em junho de 2011 e por tal razão não estão sendo relatados dados comparativos com o exercício anterior.

Ao final do exercício de 2011 a CAIXA SEGUROS HOLDING S.A. registrou um patrimônio líquido de R\$ 2,9 bilhões. O resultado do período, decorrente principalmente das receitas com equivalência patrimonial nas investidas, foi de R\$ 114,3 milhões. A Companhia possui um total de R\$ 480,8 milhões em ativos financeiros livres.

Partes Relacionadas - Auditores Externos

Com o objetivo de atender à instrução CVM nº 381, informamos que a empresa de auditoria PRICE WATERHOUSE COOPERS Auditores Independentes não prestou serviços não relacionados à auditoria externa em patamares superiores a 5% do total de honorários de auditoria externa ao longo do exercício de 2011.

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa fundamenta-se nos princípios que preservam a independência dos auditores independentes. Ela consiste, de acordo com os princípios internacionalmente aceitos, em:

- a) o auditor não deve auditar o próprio trabalho;
b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no cliente; e
c) o auditor não deve promover os interesses do cliente.

Considerações Finais e Agradecimentos

A CAIXA SEGUROS HOLDING S.A. agradece o apoio e a confiança dos acionistas – representados pela CNP Assurances S.A., CAIXA Participações S.A., CNP Assurances Brasil Holding Ltda. e pelo Instituto Nacional do Seguro Social.

Por fim, a Companhia reconhece o esforço eficaz e o profissionalismo da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e do corpo funcional das empresas do GRUPO CAIXA SEGUROS.

O apoio e a dedicação mais uma vez demonstrados por todos são fatores fundamentais para consolidar as conquistas obtidas e enfrentar, com competência e dinamismo, nossos futuros desafios.

Brasília, 08 de fevereiro de 2012
A Diretoria

Balço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2011 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2011		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2011	
		Controladora	Consolidado			Controladora	Consolidado
CIRCULANTE		173.482	8.601.491	CIRCULANTE		27.284	22.159.896
Caixa e equivalentes de caixa		1	35.084	Passivos operacionais	13	–	20.874.959
Ativos financeiros	5	–	7.422.779	Débitos de operações de seguro e resseguro	15	–	125.193
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		–	7.001.809	Débitos de operações de previdência complementar	16	–	6.889
Ativos financeiros disponíveis para venda		–	63.829	Débitos de operações de capitalização	17	–	8.631
Ativos financeiros mantidos até o vencimento		–	357.141	Débitos de outras operações	18	–	7.330
Empréstimos e recebíveis	6	52	669.939	Impostos e contribuições	19	60	637.291
Operações de crédito		–	119.779	Outros passivos	21	27.224	499.603
Prêmios a receber de segurados	6.1	–	259.931	NÃO CIRCULANTE		–	1.073.968
Títulos e créditos a receber	6.2	52	290.229	Passivos operacionais	13	–	85.601
Ativos de resseguro	8	–	66.847	Impostos e contribuições	19	–	39.612
Impostos e contribuições	9	–	352.535	Provisões	20	–	948.646
Ativos não financeiros mantidos para venda		–	769	Outros passivos	21	–	109
Despesas de comercialização diferidas	10	–	34.627	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22	2.938.333	3.106.984
Dividendos a receber	11	173.429	–	Capital social		2.322.368	2.322.368
Outros ativos		–	18.911	Reservas		573.398	573.398
NÃO CIRCULANTE		2.792.135	17.739.357	Ajuste com Títulos e Valores Mobiliários		42.567	42.567
Ativos financeiros	5	480.809	16.828.484	Resultado do período		–	–
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		480.809	12.820.915	Participação dos acionistas não controladores		–	168.651
Ativos financeiros disponíveis para venda		–	2.360.468	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.965.617	26.340.848	26.340.848
Ativos financeiros mantidos até o vencimento		–	1.647.101				
Empréstimos e recebíveis	6	–	388				
Títulos e créditos a receber	6.2	–	388				
Depósitos judiciais e fiscais	7	–	436.276				
Ativos de resseguro	8	–	554				
Impostos e contribuições	9	–	278.830				
Despesas de comercialização diferidas	10	–	4.318				
Outros ativos		–	82				
Investimentos em controladas	12	2.311.326	–				
Ativos intangíveis		–	53.285				
Ativo imobilizado		–	137.140				
TOTAL DO ATIVO		2.965.617	26.340.848				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Resultados e Demonstração do Resultado Abrangente para o Período de 29 de Junho a 31 de Dezembro de 2011 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Nota	29/06 a 31/12/2011	
		Controladora	Consolidado
Receitas da operação		–	537.877
Custos/Despesas da operação		–	(460.424)
Margem operacional	23	–	77.453
Despesas administrativas	24.1	–	(31.227)
Despesas com tributos	24.2	–	(14.580)
Resultado financeiro	24.3	59	81.283
Resultado patrimonial	24.4	114.320	6
Resultado operacional	24.4	114.379	112.935
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		–	7
Resultado antes dos impostos e participações	24	114.379	112.942
Imposto de renda	24	(44)	7.249
Contribuição social	24	(16)	4.353
Participações sobre o resultado	26	–	(4.964)
Participações dos acionistas minoritários		–	(5.261)
Lucro líquido do exercício		114.319	114.319
Atribuível aos			
Acionistas da Companhia		114.319	114.319
Acionistas não controladores em controladas		–	5.261
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia			
Básico		–	24,10
Diluído		–	24,10
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE		Controladora	Consolidado
Lucro líquido do exercício atribuível aos			
Acionistas da Companhia		114.319	114.319
Acionistas não controladores em controladas		–	5.261
Outros lucros abrangentes		42.567	52.287
Ajustes de títulos e valores mobiliários		74.186	91.176
Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários		(31.619)	(38.889)
Total dos lucros abrangentes para o exercício		156.886	171.867
Atribuível aos			
Acionistas da Companhia		156.886	156.886
Acionistas não controladores em controladas		–	14.981

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o Período de 29 de Junho a 31 de Dezembro de 2011 (Em milhares de reais)

Descrição	Capital social	Reservas	Ganhos/Perdas não realizados com T.V.M.	Lucros (Prejuízos) acumulados	Subtotal	Participação dos não controladores	Total
Saldo em 29 de junho de 2011	1	–	–	–	1	–	1
Aumento de capital - AGE 28/12/2011	315.000	–	–	–	315.000	–	315.000
Constituição de reservas - AGE 28/12/2011	–	486.230	–	–	486.230	–	486.230
Ajustes de títulos e valores mobiliários - AGE 28/12/2011	–	–	3.478	–	3.478	–	3.478
Aumento de capital - AGE 30/12/2011	2.007.367	–	–	–	2.007.367	166.973	2.174.340
Ajustes de títulos e valores mobiliários - AGE 30/12/2011	–	–	49.404	–	49.404	–	49.404
Ajustes de títulos e valores mobiliários	–	–	(10.315)	–	(10.315)	(2.268)	(12.583)
Lucro líquido do período	–	–	–	114.319	114.319	5.261	119.580
Proposta de destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	–	5.716	–	(5.716)	–	–	–
Reserva de retenção de lucros	–	81.452	–	(81.452)	–	–	–
Dividendos propostos - R\$ 5.723,75 por lote de mil ações	–	–	–	(27.151)	(27.151)	(1.315)	(28.466)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.322.368	573.398	42.567	–	2.938.333	168.651	3.106.984

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas Consolidadas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto Operacional e Informações Gerais

A Caixa Seguros Holding S.A., ("Companhia"/"Grupo") está sediada em Brasília - DF, é controlado pelo grupo segurador francês CNP Assurances e atua em parceria com sua acionista Caixa Econômica Federal (CEF) na distribuição dos produtos comercializados pelas suas controladas e na administração de seus recursos e dos recursos garantidores das reservas técnicas de suas controladas.

A Companhia tem por objeto social a participação, como acionista, ou sócia, em sociedades empresariais, que exploram: i) atividade de seguros em todos os ramos; ii) segmento de capitalização; iii) planos de previdência privada aberta, nas modalidades de pecúlio e renda; iv) administração de consórcio; v) atividades, correlatas ou complementares às atividades descritas anteriormente.

Em 28 de dezembro de 2011, ocorreu o cisão parcial de ativos da Caixa Seguradora S.A. e respectiva incorporação desses ativos pela Companhia. Através dessa cisão a Companhia obteve direito as variações patrimoniais e resultados produzidos a partir de 01 de dezembro de 2011 pelas Companhias que passou a ser Investida. As demonstrações financeiras levam em consideração os efeitos gerados pelo evento cisão, que se encontram descritos na Nota 30.

A seguir, relação das companhias controladas:

a. Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda. - Controlada pela Caixa Seguros Holding (totalidade das cotas), tem como objeto social a participação em outras sociedades.

b. Caixa Seguradora S.A. - Controlada pela Caixa Seguros Participações Securitárias (totalidade das ações), tem como objeto social a exploração de seguros de ramos elementares e vida.

c. Caixa Vida e Previdência S.A. - Controlada pela Caixa Seguros Participações Securitárias (totalidade das ações), tem como objeto social a comercialização de produtos de previdência complementar.

d. Caixa Capitalização S.A. - Controlada pela Caixa Seguros Participações Securitárias (51%), e tem como objeto social a comercialização de produtos de capitalização.

e. Caixa Consórcios Administradora de Consórcios S.A. - Controlada pela Caixa Seguros Holding (totalidade das ações), tem como objeto social a administração de grupos de consórcios para aquisição de bens móveis e imóveis.

f. Caixa Seguros Especializada em Saúde S.A. - Controlada pela Caixa Seguros Holding (totalidade das ações), tem como objeto social a atuação como seguradora especializada em seguro-saúde.

g. Caixa Seguros Assessoria e Consultoria Ltda. - Controlada pela Caixa Seguros Holding (totalidade das ações), tem como objeto social no ramo de consultoria e assessoria.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 08 de fevereiro de 2012.

2. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no período apresentado, salvo disposição em contrário.

a. Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

b. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.1. Consolidação

2.1.1. Controladas

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pelo Grupo e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercidos ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se o Grupo controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

As operações entre as Companhias do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pelo Grupo.

2.1.2. Operações e participações minoritárias

O Grupo aplica a política de tratar as operações com participações minoritárias como operações com proprietários de ativos do Grupo.

2.2. Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.3. Caixa e equivalente de caixa

Foram considerados, para fins de preparação da Demonstração de Fluxo de Caixa, os saldos de caixa e bancos.

2.4. Ativos financeiros

2.4.1. Classificação e reconhecimento

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento

Os títulos classificados na categoria "Mantidos até o vencimento" são valorizados pelo valor investido acrescido dos rendimentos incorridos até a data-base do balanço. Os títulos sujeitos à negociação antes de seu vencimento têm o seu valor contábil ajustado ao valor de mercado, sendo que os ajustes ao valor de mercado são contabilizados em contrapartida ao resultado do período (títulos classificados como "Para negociação") ou em conta específica do patrimônio líquido (títulos classificados como "Disponíveis para venda"), líquido dos efeitos tributários. Os títulos que compõem a carteira dos fundos de investimento exclusivos, os quais são devidamente consolidados em consonância com o que dispõe a regulamentação, são classificados segundo instruções emitidas pelo Grupo para o administrador do fundo, nas categorias "Para negociação" ou "Mantidos até o vencimento". Os ativos dos fundos de investimento abertos são ajustados ao valor de mercado. Eventuais perdas potenciais consideradas não temporárias são refletidas no resultado através da constituição de provisão para perdas.

b. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado e são avaliados para *impairment* (recuperação) a cada data de balanço.

2.4.2. Mensuração

O valor de mercado dos títulos é determinado de acordo com os critérios e informações abaixo:

• Títulos públicos - com base no "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

• Ações - com base nas cotações de preço médio divulgadas pela BMF&Bovespa no último pregão em que foram negociadas.

• Depósitos a prazo com garantia especial - valor de curva da aplicação, até o vencimento, por contar com garantia do Fundo Garantidor de Crédito (FGC), até o limite de R\$ 20 milhões e prazo de cinco anos.

Cada aplicação tem registro específico junto à CETIP, com código apropriado e cópia do contrato da operação arquivado em meio eletrônico naquela clearing. A máxima perda esperada, em caso de *default* da instituição emissora, são três dias úteis (ou dias de *overnight*) até o reembolso da aplicação pelo FGC.

• Debêntures, certificado de depósitos bancários e cédula de certificado bancário - com base em modelo

de precificação desenvolvido pelo custodiante, que considera fatores de risco incluído o risco de crédito do emissor.

• Títulos da dívida externa - os preços são obtidos na Agência Reuters, cujas bases são atualizadas pelas instituições que operam esse mercado.

• Títulos da dívida agrária - não é calculado valor de mercado tendo em vista a impossibilidade de homogeneizar os resultados das transações desses títulos dando a sua baixa liquidez e, ainda, pela diversidade de datas de vencimento dos papéis, sendo usado para esse fim o valor de curva dos papéis, através de precificação segundo a taxa de aquisição.

• Créditos securitizados - não é calculado valor de mercado em função das peculiaridades da carteira, sendo usado para esse fim o valor de curva dos papéis, cuja precificação é dada pela expectativa do reembolso das operações de créditos realizadas segundo as taxas de juros contratadas com os emissores dessas obrigações.

2.4.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.4. Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, dia a dia, segundo o valor de ajuste divulgado pela BMF&Bovespa, sempre em contrapartida a um ativo, com mesmo vencimento e, no limite, até o valor da posição do respectivo ativo. Somente são detidas posições, em derivativos, contrárias aos ativos, isto é, não existem posições em derivativos sem o seu correspondente ativo-base.

2.4.5. Impairment de ativos financeiros

a. Ativos negociados ao custo amortizado

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o Grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável pela Administração.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:



Notas Explicativas Consolidadas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

★ continuação

financeiras em relação à rentabilidade mínima garantida nos planos "FederalPrev", nos termos estabelecidos nos contratos. O saldo dessa provisão é incorporado à provisão matemática do participante por ocasião da entrada em gozo de benefício, resgate ou portabilidade.

No caso dos planos PGBL e VGBL, cuja natureza da cobertura é sobrevida, após a entrada em gozo de benefício, parte do excedente financeiro é incorporado anualmente à provisão matemática de benefícios concedidos, quando devido ao Participante, de acordo com o contrato dele.

Os encargos financeiros creditados às provisões técnicas, bem como a provisão para excedente financeiro, são classificados como Despesas Financeiras.

c. Caixa Capitalização

As Provisões Técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos em legislação vigente, revisadas, anualmente, em decorrência de avaliações atuariais das carteiras com o objetivo de se atestar a adequação das provisões.

A Provisão Matemática para Resgates é constituída por um percentual aplicado sobre os valores recebidos dos subscritores, conforme estabelecido nas respectivas notas técnicas de cada produto e nas condições gerais transcritas nas propostas, sendo atualizada mensalmente pela Taxa de Remuneração Básica aplicada às cadernetas de poupança e capitalizada às taxas de 0,29% a.m. para o produto SuperXCap versão II e de 0,5% a.m. para os demais produtos, nas datas de aniversário dos respectivos títulos. Atendendo a orientação da SUSEP, a realização da Provisão Matemática para Sorteios a Realizar, para os planos de pagamento único, é contabilizada pela ocorrência do risco.

A Provisão para Resgates é subdividida em Provisão de Resgates Antecipados e Provisão de Resgates Vencidos e contempla as transferências da Provisão Matemática para Resgates em função de solicitações de resgates, cancelamentos de títulos por falta de pagamento, títulos vencidos, óbitos e outros.

A Provisão para Sorteios a Realizar é constituída segundo percentual definido em Nota Técnica para cada plano. Nos planos do tipo Pagamento Único essa Provisão é calculada pelo método de "risco" com remuneração de 0,5% de juros ao mês.

A Provisão de Sorteios a Pagar é constituída para todos os títulos já sorteados e ainda não pagos cujo gerador é a efetiva realização do sorteio.

Constituímos a Provisão de Contingência conforme metodologia apresentada em nota técnica atuarial. A metodologia básica do cálculo dessa provisão é a de verificação de qual a provisão necessária para que os sorteios volumosos capazes de "virar" a provisão de sorteios a realizar tenham baixíssima probabilidade de ocorrer (nível abaixo de 1%). Para essa funcionalidade, utilizamos o método de excedentes de Gumbel.

Conforme disposto em nota técnica atuarial, para a constituição da Provisão Administrativa verificamos a necessidade, ou não, analisando a hipótese da Companhia encerrar as suas atividades de comercialização, permanecendo com as atividades de administração dos contratos em estoque de sua carteira até o término de todos os contratos.

d. Caixa Saúde

A Provisão de Sinistros a Liquidar é constituída com base nos avisos de eventos recebidos até a data das demonstrações financeiras.

A Provisão para Sinistros Ocorridos mas Ainda Não Avisados (BNR) é constituída com base na Resolução Normativa 209/2009 (alterada pela RN 274/2011), considerando o total de contraprestações/prêmio e de eventos indenizáveis nos últimos 12 (doze) meses.

A Provisão para Remissão é constituída para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias referentes à cobertura de assistência saúde firmadas com o beneficiário calculada mensalmente conforme metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial.

2.10. Avaliação dos passivos originados de contratos de seguros

a. Passivos de contratos de seguros

Os contratos que transferem risco significativo de seguro para o Grupo são avaliados segundo uma metodologia, ou modelo contábil aplicável para contratos de seguro. Em linha com a legislação vigente, a Companhia utilizou as regras do CPC 11 para avaliação destes contratos. Essas regras prevêem uma isenção que permite que uma Seguradora utilize suas políticas contábeis anteriores ao da adoção do CPC 11, utilizada para avaliação dos passivos de contratos de seguro. Além da utilização desta importante isenção, a Companhia aplicou as regras e procedimentos mínimos previstos no CPC 11 para avaliação de contratos de seguro que incluem: i) a realização de um teste de adequação dos passivos de contrato de seguro (ou, Teste de Adequação de Passivo (TAP)); ii) realização de estudos e avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação de contratos de seguro segundo GAAP anterior; iii) processo de classificação econômica e atuarial de contratos entre contratos de seguro ou contratos de investimento; iv) identificação de derivativos embutidos.

b. Custos incorridos na aquisição de contratos de seguros

A Companhia registra como um ativo (DCD) todos os gastos que são diretamente incrementais e relacionados à origem ou renovação de contratos de seguro, e que possam ser avaliados com confiabilidade. Os demais gastos são registrados como despesa, conforme incorridos. Esse ativo intangível é amortizado segundo o período do contrato, que equivale substancialmente ao período de expiração do risco.

c. Teste de adequação dos passivos (TAP)

Conforme requerido pelo CPC 11, em cada data de balanço a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos que atendam à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estejam vigentes na data de execução do teste.

Para esse teste, a Companhia elaborou uma metodologia atuarial baseada no valor presente da estimativa corrente dos fluxos de caixa futuros das obrigações já assumidas. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixas futuros, os contratos foram agrupados conforme os grupos de ramos estabelecidos em regulamentação específica e os fluxos de caixa foram trazidos a valor presente, a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. No cálculo atuarial das estimativas correntes dos fluxos de caixa foram consideradas premissas atuariais realistas e não tendenciosas para cada variável envolvida. Para o cálculo das estimativas de sobrevivência e de morte, foram utilizadas as tábuas BR-EMS, vigentes no momento da realização do teste, ajustadas por critério de desenvolvimento das expectativas de longevidade (G-scale SOA).

Como conclusão dos testes realizados não foi encontrada insuficiência em nenhum dos agrupamentos analisados, para os exercícios apresentados. O Estudo atuarial contendo o TAP foi assinado pelo Atuário Técnico Responsável e pelo Diretor Técnico estando disponível na sede da Seguradora para o órgão regulador. Não aplicamos o teste de adequação de passivos aos contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT, DPME e SFH/SH.

2.11. Outras provisões, ativos e passivos contingentes

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.

A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC).

2.12. Apuração do resultado

a. Os prêmios de seguro, cosseguo aceito, prêmios cedidos e os respectivos custos de comercialização, são registrados quando da emissão das apólices e ajustados, com base em estimativas dos prêmios relativos a operações nas quais o risco coberto só é conhecido após o início do período de cobertura. Os prêmios do seguro DPVAT, assim como os sinistros e provisões, são reconhecidos quando do recebimento das informações fornecidas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

b. As receitas de planos previdenciários e seguros de vida com cobertura de sobrevivência, são reconhecidas no momento do seu efetivo recebimento. Os custos relacionados são apropriados por meio da constituição de provisões técnicas. Os custos de comercialização são diferidos por ocasião da emissão da apólice ou contrato e apropriados aos resultados, de forma linear, pelo prazo médio estimado para a sua recuperação.

c. As receitas decorrentes da venda de títulos de capitalização e os respectivos custos apropriados por meio da constituição de provisões técnicas são registrados no resultado da Companhia quando do efetivo recebimento.

d. As receitas referentes a taxa de administração de consórcio é reconhecida quando do seu efetivo recebimento. As despesas relacionadas à utilização do balcão da CEF são reconhecidas por ocasião da venda das cotas de consórcios e as de formalização de garantia e custo de contemplanção por ocasião da contemplanção dos consorciados. As despesas com formalização de garantia são liquidadas no momento da efetiva utilização da carta de crédito.

e. As despesas com as contraprestações provenientes das operações de planos de assistência à saúde são apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário - pro rata dia - do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura. O resultado das transações é apurado pelo regime de competência de exercícios.

f. As participações nos lucros devidas aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento.

g. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

2.13. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. São reconhecidos no resultado do período os efeitos dos impostos de renda e contribuição social, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, onde nestes casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240, que inclui as futuras opções para aplicações em incentivos fiscais. A contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 15% para as Controladas equiparadas a financeiras e 9% para as demais Controladas e Controladora. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas vigentes, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros. As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas na rubrica de impostos e contribuições no ativo.

3. Estimativas e Julgamentos Contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros

O Grupo possui certos contratos que são classificados como contratos de seguro devido à transferência significativa de risco de seguro. As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de seguros representam uma área onde a Administração aplica estimativas contábeis críticas na preparação das demonstrações contábeis em conformidade com o CPC. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que o Grupo irá liquidar em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração, atuários e especialistas do Grupo para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

3.2. Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

Algumas Companhias do Grupo são parte em processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis em aberto na data de preparação das demonstrações financeiras. O processo utilizado pela Administração para a contabilização e construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área e a evolução dos processos e status (ou instância) de julgamento de cada caso específico. Além disso, a Administração utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, informações históricas de perdas em que existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição destas provisões segundo o CPC 25.

3.3. Estimativas utilizadas para cálculo de impairment de ativos financeiros

O Grupo aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Administração aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, principalmente os prêmios a receber de segurados.

O Grupo segue as orientações do CPC 38 para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está com perda por imparidade. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, os Administradores avaliam, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro.

3.4. Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

É o valor de ajuste diário informado pela BMF&Bovespa, divulgado ao mercado após a finalização dos pregões do dia. Não existem outros instrumentos derivativos nas posições detidas pelo Grupo, exceto os derivativos de juros, referenciados aos DI - depósitos interbancários, transacionados em bolsa, nunca em mercado de balcão.

4. Gerenciamento de Riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e das Empresas do Grupo. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado na sua estrutura de Controles Internos e Compliance (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração. A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos da Organização permite que os riscos de Seguro, Crédito, Liquidez, Mercado e Operacional sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

4.1. Risco de seguro

4.1.1. Riscos inerentes ao Grupo Caixa Seguros

Risco de Seguro é o risco transferido do detentor do contrato para o emitente que não seja um risco financeiro, em outras palavras, o risco de seguro é um risco preexistente, transferido do segurador para a Seguradora. A definição de Risco de Seguro refere-se ao risco que a Seguradora aceita do segurador e Gestão de Riscos é o enfoque estruturado que alinha estratégia, processos, pessoal, tecnologia e conhecimento, com o objetivo de avaliar e gerenciar essas incertezas como forma de criação de valor.

O Grupo dispõe de grande diversidade de produtos, incluindo seguro de vida, patrimoniais, planos de capitalização e planos de previdência, para pessoas físicas e jurídicas. Neste ambiente os riscos inerentes às atividades do Grupo são:

a. **Risco estratégico** - Falta de capacidade do Grupo em proteger-se, adaptar-se ou antecipar-se a mudanças (econômicas, tecnológicas, mercadológicas e etc) que possam impedir o alcance dos objetivos e metas estabelecidas.

b. **Risco atuarial** - Metodologias e/ou cálculos incorretos da tarificação do seguro, pela insuficiência da manutenção de tabelas de preços, bem como de reajustes periódicos a serem aplicados nas apólices, e pela inadequada constituição das reservas técnicas.

4.1.2. Controle do risco de seguro

A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos da Organização permite que os riscos de seguro sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado através de um forte mecanismo de controle implantado, incluindo funções de gerenciamento de risco, funções de controle interno e funções de auditorias internas e externas, independentes das linhas de negócios e outras segregações de funções necessárias. Um regime de alçadas está claramente delineado e padrões de operação bem definidos com normas, procedimentos e atribuições bem descritos, divulgados e monitorados. O Grupo conta com políticas de subscrição de risco, de combate à fraude e segurança da informação (implantadas e monitoradas), sistemática de prevenção à lavagem de dinheiro (implantada e monitorada), e com o trabalho de agentes de risco e conformidade designados, conhecedores de suas atribuições e atuantes em todas as áreas.

4.1.3. Estratégia de subscrição

A política de aceitação de riscos abrange todos os ramos de seguros operados e considera a experiência histórica e premissas atuariais na avaliação de viabilidade dos produtos. A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

4.1.4. Estratégia de resseguro

O programa de resseguro reflete a posição estratégica do Grupo, privilegiando a retenção de prêmios pela Seguradora e a cobertura de resseguro para grandes riscos ou eventos catastróficos.

Os ramos Vida, Riscos de Engenharia e Previdência, estratégicos para o Grupo e que apresentam volumes substanciais de carteira, estão sujeitos ao mínimo de resseguro. Mantêm-se a obrigação legal de cessão ao IRB-Brasil Re de 20% dos prêmios do Seguro de Engenharia nas apólices vigentes emitidas anteriormente a 15/05/2008, inclusive.

A abertura do mercado brasileiro de resseguro é ainda muito recente, porém a entrada de novos grupos resseguradores vem ampliando as possibilidades de negócios e, em consequência, dando ao Grupo maior flexibilidade na escolha de parceiros e características de cobertura. Os contratos de maior porte são usualmente negociados na forma de tratados e estão vinculados aos sinistros ocorridos durante a vigência dos contratos (*losses occurring*), a exemplo do que ocorre no mercado internacional. Nos ramos patrimoniais, hoje em franca expansão no que se refere ao aumento dos capitais em risco em negócios que ultrapassam a capacidade dos tratados de resseguro, há contratação de resseguro em bases facultativas. Os facultativos têm sua vigência acoplada à vigência das apólices de seguro (*risks attaching*).

a. Seguros de previdência

i. Resseguro da assistência

Garante a cobertura de riscos ligados aos produtos de poupança (previdência) comercializados pela Caixa Vida & Previdência. Garante a cobertura de invalidez permanente total por qualquer causa (acidente ou doença), para capitais superiores à retenção de 0,2 MBRL. Cobertura na forma de resseguro de excesso de danos.

ii. Resseguro de catástrofe de riscos pessoais - vigente de 30/06/2011 a 30/06/2012

Oferece cobertura mundial sobre apólices emitidas no Brasil, sendo acionado em caso de três ou mais vidas sinistradas por evento, com cobertura máxima de MBRL 5 por evento.

b. Seguros de riscos patrimoniais

i. Garantia (emissões até 15/05/2008 e eventuais endossos posteriores)

Compreende as modalidades Garantia de Obrigações Privadas (Ramo 0776) e Garantia de Obrigações Públicas (Ramo 0775). Negócios oriundos do "PAR - Programa de Arrendamento Residencial" são propostos ao IRB facultativamente.

ii. Garantia (emissões a partir de 01/07/2009)

Compreende as operações de cosseguro com a J. Malucelli no programa habitacional Minha Casa Minha Vida, da Caixa Econômica Federal.

iii. Riscos de engenharia/vícios de construção (emissões até 15/05/2008 e eventuais endossos posteriores)

- Valores segurados até 3,75 MBRL
- Valores segurados acima de 3,75 MBRL

c. Contrato excesso de danos por risco para riscos patrimoniais - vigente de 31/07/2010 a 30/06/2011

Privilegia a retenção de prêmios na seguradora, tendo como objetivo reduzir o volume operacional na administração do resseguro. Capitais superiores às coberturas oferecidas nesse contrato são colocados facultativamente com resseguradores negociados caso a caso.

d. Resseguro de catástrofe de riscos patrimoniais - vigente de 30/06/2011 a 30/06/2012

Oferece cobertura sobre riscos localizados no Brasil, sendo acionado em caso de duas ou mais unidades de risco sinistradas por pessoa.

e. Resseguro de catástrofe cascos de automóvel e APP por evento - vigente de 19/09/2011 a 19/09/2012

Oferece cobertura sobre riscos localizados no Brasil, sendo acionado em caso de duas ou mais unidades de risco sinistradas por evento.

f. Resseguro de saúde - vigente de 30/09/2011 a 30/09/2012

Oferece cobertura sobre riscos Despesas e Serviços Médico-Hospitais por evento.

4.1.5. Casamento de ativos e passivos (ALM)

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. Semestralmente são realizados estudos de ALM para as carteiras de Capitalização e para o Produto de Previdência FederalPrev.

4.1.6. Teste de sensibilidade

As análises de sensibilidade do Grupo considerando-se às mudanças nas principais premissas em 31 de dezembro de 2011, líquidos dos efeitos tributários, seguem apresentadas nos quadros abaixo, demonstrando os impactos de cada premissa no Resultado e no Patrimônio Líquido:

a. Bruto de resseguro

Sensibilidade	Resgate/Cancelamento 10%		Resgate/Cancelamento -10%		Mortalidade/Sinistralidade +5%		Mortalidade/Sinistralidade -5%	
	Taxa 1%	Taxa -1%	Taxa 1%	Taxa -1%	Taxa 1%	Taxa -1%	Taxa 1%	Taxa -1%
Hipotecário	-5,4%	6,4%	-1,0%	1,0%	-3,3%	3,3%	-3,3%	3,3%
Vida	-0,3%	0,3%	-0,8%	0,7%	-1,6%	1,6%	-1,6%	1,6%
Crédito	-3,7%	4,2%	-0,2%	0,2%	-0,5%	0,5%	-0,5%	0,5%
RD	-0,2%	0,2%	0,0%	0,0%	-1,1%	1,1%	-1,1%	1,1%
Garantia	-2,7%	3,0%	-0,1%	0,1%	-0,6%	0,6%	-0,6%	0,6%
Caixa Seguros	-4,7%	5,5%	-0,9%	0,9%	-2,9%	2,9%	-2,9%	2,9%
PGBL/VGBL	-3,6%	4,2%	-0,7%	0,7%	-6,4%	6,4%	-6,4%	6,4%
RISCO	-8,3%	10,1%	-5,6%	6,1%	-2,8%	2,7%	-2,8%	2,7%
Caixa Vida e Previdência	-4,2%	5,0%	-1,4%	1,4%	5,1%	5,9%	5,1%	5,9%
Grupo Caixa Seguros	-4,5%	5,3%	-1,1%	1,1%	0,2%	4,0%	0,2%	4,0%

b. Líquido de resseguro

Sensibilidade	Resgate/Cancelamento 10%		Resgate/Cancelamento -10%		Mortalidade/Sinistralidade +5%		Mortalidade/Sinistralidade -5%	
	Taxa 1%	Taxa -1%	Taxa 1%	Taxa -1%	Taxa 1%	Taxa -1%	Taxa 1%	Taxa -1%
Hipotecário	-5,4%	6,4%	-1,0%	1,0%	-3,3%	3,3%	-3,3%	3,3%
Vida	-0,3%	0,3%	-0,8%	0,7%	-1,6%	1,6%	-1,6%	1,6%
Crédito	-3,7%	4,2%	-0,2%	0,2%	-0,5%	0,5%	-0,5%	0,5%
RD	-0,2%	0,2%	0,0%	0,0%	-1,1%	1,1%	-1,1%	1,1%
Garantia	-2,7%	3,0%	-0,1%	0,1%	-0,6%	0,6%	-0,6%	0,6%
Caixa Seguros	-4,7%	5,5%	-0,9%	0,9%	-2,9%	2,9%	-2,9%	2,9%
PGBL/VGBL	-3,6%	4,2%	-0,7%	0,7%	-6,4%	6,4%	-6,4%	6,4%
RISCO	-8,3%	10,1%	-5,6%	6,1%	-2,8%	2,7%	-2,8%	2,7%
Caixa Vida e Previdência	-4,2%	5,0%	-1,4%	1,4%	5,1%	5,9%	5,1%	5,9%
Grupo Caixa Seguros	-4,5%	5,3%	-1,1%	1,1%	0,2%	4,0%	0,2%	4,0%

Notas:

a) As Empresas Caixa Capitalização e Caixa Consórcios não possuem produtos que atendam a definição de contrato de seguro segundo o CPC 11 e por isso não constam nas análises de sensibilidade;

b) Os quadros apresentados "Líquido" e "Bruto" de resseguro têm os mesmos valores, pois os contratos de resseguros de maior porte são usualmente negociados na forma de Excesso de Danos (Resseguro de Catástrofe de Riscos Pessoais e Patrimoniais) o que implicaria em impacto pouco representativo nos testes de sensibilidade. Registre-se, também, que temos resseguro na modalidade Quota Parte em ramos com baixo volume histórico de operações;

c) Risco: coberturas adicionais de risco dos produtos de Previdência;

d) Taxa de Juros: "+1%" e "-1%" na curva de taxa de desconto utilizada nas projeções;

e) Resgates/Cancelamento: "+10%" e "-10%" nas curvas de Resgates (totais e parciais) utilizadas na CVP (Caixa Vida e Previdência) e nas Curvas de Permanência dos produtos da Caixa Seguros; e

f) Mortalidade: "+5%" e "-5%" nos q's das tábuas de mortalidade quando for o caso ou na sinistralidade geral dos produtos.

4.2. Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Seguradora. A área-chave em que a Seguradora está exposta ao risco de crédito são: i) parte ressegurada dos passivos de seguro; ii) montantes devidos pelos resseguradores referente a sinistros pagos; iii) montantes devidos pelos segurados referente a contratos de seguro; iv) montantes devidos por intermediários nas operações de seguros; v) montantes referente a empréstimos e recebíveis; e vi) montantes referente a títulos de dívidas.

O Grupo está exposto a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's



* continuação

Notas Explicativas Consolidadas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A diferença entre a duração dos ativos e dos passivos deve-se, principalmente, à escassez de títulos indexados à inflação (IGP-M). Para mitigar o risco de descasamento de prazos considera-se ainda a possibilidade de reaplicação em títulos mais longos no momento de recebimento dos cupons de juros e no vencimento dos ativos.

4.4. Risco de mercado

a. Gerenciamento de risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva de uma instituição. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras do Grupo de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco. Entre os riscos inerentes ao Grupo Caixa Seguros, destacam-se: risco de taxa de juros, risco de preço de ações, risco de derivativos, risco de exposições e o risco de liquidez.

b. Controle do risco de mercado

A metodologia utilizada pelo Grupo para medir a exposição aos riscos de mercado é o *Value-at-risk (VaR)*, o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando-se um determinado nível de confiança. Os parâmetros são definidos pela SUSEP, e os limites definidos pela Administração de forma conservadora. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do VaR, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

Para realização dos cálculos o custodiante utiliza-se dos seguintes parâmetros:

- Modelo não-paramétrico;
- Intervalo de confiança de 99%;
- Horizonte temporal de um dia; e
- Volatilidade sob o critério EWMA.

Segue abaixo o *Value at Risk* da carteira de investimentos do Grupo Caixa Seguros em 31 de dezembro de 2011:

	Controladora	Consolidado
Value at Risk	151.473,53	17.597.089,69

Os valores acima representam a perda máxima das aplicações financeiras do Grupo para o horizonte de tempo de um dia e intervalo de confiança de 99%.

c. Atribuições relacionadas ao cálculo e monitoramento de risco

Cabe ao custodiante dos ativos:

- Definir as políticas e metodologias de precificação, de gestão de risco de mercado e de medição de performance para os Fundos e Carteiras dos Clientes;
- Fornecer os preços e taxas de operações marcadas a mercado dos Fundos, conforme regras pré-estabelecidas;
- Produzir os relatórios de risco de mercado da Companhia, diários (simplificados) e mensais (completo), contendo informações sobre o nível de exposição dos fundos de investimentos e carteiras consolidadas em relação a diversos fatores de risco (VaR) e de análise de perdas e ganhos (Stress Analysis); e
- Verificar o atendimento à legislação vigente e aos mandatos estabelecidos pela Companhia.

Cabe à Área de Controle de Risco do Grupo:

- Avaliar e definir os limites de investimentos para cada categoria (títulos públicos, títulos privados, ações);
- Acompanhar diariamente os limites de cada Fundo, se certificando do seu enquadramento;
- Informar aos Gestores, os limites de alocação por ativo e os limites de VaR;
- Solicitar aos Gestores, em caso de desenquadramento, o reenquadramento dos fundos;
- Atualizar os limites de risco semestralmente ou em caso de mudança da taxa SELIC; e
- Informar mensalmente o VaR dos ativos à SUSEP.

4.5. Risco operacional

a. Gerenciamento do risco operacional

O processo de gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades de uma organização em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e, ainda, em função da globalização dos negócios.

Os principais pontos de partida para desenvolvimento de uma boa gestão de riscos envolvem:

- Conhecer, controlar e mitigar o impacto dos eventos negativos.
- Gerenciar as incertezas inerentes ao alcance dos objetivos.
- Criar oportunidades, visando à obtenção de vantagem competitiva e aumento do valor agregado.
- Estabelecer, alinhar e divulgar o apetite de risco da companhia com as estratégias adotadas.
- Prover melhorias competitivas de alocação de capital.

O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades de modo integrado é apoiado na sua estrutura de controles internos e *compliance*, que permite o aprimoramento contínuo da gestão de riscos e prevenção de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração.

O sistema de controles internos do Grupo é baseado na metodologia e princípios do COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*, segundo cinco componentes que, inter-relacionados constituem uma base integrada de riscos - *ERM Enterprise Risk Management*, visando dar suporte ao Grupo para gerenciar seus riscos de forma efetiva por meio da aplicação do processo de gestão de riscos em vários níveis e dentro de contextos específicos.

A gestão de riscos e controles no Grupo é composta pelas Unidades de Auditoria, Controle e Conformidade, Contabilidade e Orçamento, Atuação e Controles dos Riscos Técnicos; independentes entre si, que trabalham de forma coordenada com o objetivo de garantir com razoável certeza a proteção dos ativos e o alcance dos objetivos estratégicos.

Essa estrutura de gerenciamento de riscos permite que os riscos operacionais sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados e mitigados de maneira unificada.

b. Controle do risco operacional

A identificação dos riscos, no processo de gerenciamento dos riscos operacionais, conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa, que abrange desde a alta administração até as diversas unidades de negócios.

Para assegurar unidade ao processo de gerenciamento de riscos corporativo, foi criada uma unidade de auditoria, controle e conformidade responsável por administrar o monitoramento de riscos operacionais, mediante o uso de ferramenta de gestão de riscos e de tratamento de ocorrências operacionais, instituindo-se dispositivos de controle permanente.

Como atribuição, voltadas aos os riscos operacionais à unidade deve:

- propor e/ou consolidar as políticas de controle interno, segurança institucional e de prevenção à fraude e à lavagem de dinheiro e outras que venham a ser aprovadas pela Diretoria Executiva.
- instituir, cumprir e fazer cumprir os padrões de monitoramento permanente de riscos e controles.
- prover os órgãos de governança corporativa de informações atualizadas sobre a evolução do ambiente de controle.
- orientar e apoiar as gerências/coordenações de conformidade na gestão dos riscos operacionais e na proteção dos ativos organizacionais; e
- disseminar a cultura de controle interno, de acordo com as diretrizes estratégicas.

As gerências/coordenações de conformidade na gestão dos riscos operacionais têm por atribuições:

- prover a Companhia com ferramentas e técnicas para identificar o risco operacional;
- estabelecer controles eficientes e eficazes para mitigação dos riscos, e
- conceder à gerência de risco e conformidade o suporte necessário para o desenvolvimento de suas atividades sempre que demandada.

Os profissionais do Grupo que atuam na área de riscos e controles possuem capacidade analítica, visão estratégica e apurado raciocínio lógico. Com formação nas áreas de finanças, controladoria, auditoria, controles internos, jurídica, tributária, gestão de riscos e contabilidade.

A Diretoria Executiva define políticas, que permitem o estabelecimento de normas, procedimentos, elaboração de cursos e cartilhas que são permanentemente atualizadas, de maneira consistente com o planejamento estratégico e com a estrutura organizacional definida em responsabilidades e atribuições, disseminando conhecimento para o gerenciamento do risco operacional.

A Alta Administração tem acompanhado a evolução da cultura de mitigação de riscos do Grupo, na medida em que promove a conscientização da necessidade de conhecer e diagnosticar as perdas operacionais, manter histórico e adotar medidas de redução de perdas, principalmente, junto aos profissionais de *front office*.

5. Ativos financeiros

5.1. Resumo da classificação das aplicações

Os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos exclusivos estão sendo apresentados, em conjunto com os títulos de propriedade direta da Companhia.

	31/12/2011		31/12/2011		
	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos	Acima de 05 anos
Controladora					
Títulos para negociação					
Letras do tesouro nacional	329.379	329.370	174.363	155.016	-
Notas do tesouro nacional	151.430	151.556	-	-	151.430
Total	480.809	480.926	174.363	155.016	151.430

	31/12/2011		31/12/2011		
	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos	Acima de 05 anos
Consolidado					
Títulos para negociação					
Ações	696.357	866.061	696.357	-	-
Fundos de investimento	294.305	294.305	-	-	-
Letras financeiras do tesouro	3.452.369	3.452.528	-	2.289.540	1.112.612
Letras do tesouro nacional	8.769.854	8.519.308	-	1.209.722	7.560.132
Notas do tesouro nacional	5.699.316	5.596.100	-	2.412.309	2.210.532
Créditos bancários - CDB/CCB	602.023	601.766	-	83.864	518.159
Letras financeiras	215.917	215.924	-	-	213.912
Outros valores	91.415	89.902	-	14.545	68.285
Total	19.822.724	19.637.062	990.662	6.011.148	11.683.632

	31/12/2011		31/12/2011		
	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos	Acima de 05 anos
Consolidado					
Títulos para negociação					
Ações	56.889	61.699	56.889	-	-
Letras do tesouro nacional	362.028	344.986	-	362.028	-
Notas do tesouro nacional	1.998.440	1.919.495	-	952.148	1.046.292
Outros investimentos (i)	6.941	6.941	-	-	-
Total Global	2.424.298	2.333.121	63.830	1.314.176	1.046.292

	31/12/2011		31/12/2011		
	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos	Acima de 05 anos
Consolidado					
Títulos para negociação					
Ações	696.357	866.061	696.357	-	-
Fundos de investimento	294.305	294.305	-	-	-
Letras financeiras do tesouro	3.452.369	3.452.528	-	2.289.540	1.112.612
Letras do tesouro nacional	8.769.854	8.519.308	-	1.209.722	7.560.132
Notas do tesouro nacional	5.699.316	5.596.100	-	2.412.309	2.210.532
Créditos bancários - CDB/CCB	602.023	601.766	-	83.864	518.159
Letras financeiras	215.917	215.924	-	-	213.912
Outros valores	91.415	89.902	-	14.545	68.285
Total	19.822.724	19.637.062	990.662	6.011.148	11.683.632

(i) Investimento avaliado ao custo de aquisição, deduzidos de qualquer *impairment*, quando aplicável. A Companhia utilizou a isenção permitida pelo CPC 38 onde este investimento foi avaliado ao custo devido ao intervalo entre cotação mínima e máxima para este ativo junto a participantes de mercado ser muito ampla e dispersa.

Os empréstimos e recebíveis, compostos de prêmios a receber e títulos e créditos a receber, estão descritos na Nota 6.

5.2. Estimativa do valor justo

a. Abertura por nível

A tabela abaixo apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como se segue:

- Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo.
- Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 - títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

31 de dezembro de 2011	Controladora			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Títulos a valor justo através do resultado (para negociação)	480.809	-	-	480.809
	Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos disponíveis para venda	2.417.357	-	6.941	2.424.298
Títulos a valor justo através do resultado (para negociação)	19.213.319	609.405	-	19.822.724
Títulos mantidos até o vencimento	1.840.103	286.738	-	2.126.841

b. Movimentação dos instrumentos de nível 3

Não ocorreram movimentações nos instrumentos classificados no nível 3.

5.3. Instrumentos financeiros derivativos

A política de utilização de instrumentos derivativos, contratados através dos fundos de investimentos exclusivos, visa à proteção dos ativos contra os riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros e observando-se os limites estabelecidos na regulamentação vigente. As operações visam à compensação de eventuais perdas que podem ser geradas por títulos públicos com juros prefixados em cenário de alta de juros.

A estratégia de gerenciamento dos riscos, num cenário de alta dos juros, está baseada na transformação de taxas prefixadas em taxas pós-fixadas. Com essa finalidade, são realizadas operações de compra de contratos de DI no mercado futuro.

O risco associado a essa estratégia se limita ao risco de crédito da contraparte, mitigado por depósito de margens em garantia, junto à da BMF&Bovespa pelos detentores das posições em derivativos.

O controle das posições em derivativos é feito pelo custodiante e, internamente, pelo officer de risco, não subordinado diretamente à gestão de ativos, garantindo-se a independência no acompanhamento dos riscos.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos são apurados de acordo com a cotação de mercado e estão reconhecidas nas demonstrações financeiras conforme quadros abaixo:

Controladora	31/12/2011	Vencimento		
		Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos	Acima de 05 anos
DI - Compromissos/Compra				
Valor de referência	272.108	-	272.108	-
Valor justo	272.108	-	272.108	-
Consolidado	31/12/2011	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos	Acima de 05 anos
DI - Compromissos/Compra				
Valor de referência	8.396.151	953.359	7.404.346	38.446
Valor justo	8.396.151	953.359	7.404.346	38.446
Resultado acumulado	(90.069)	(8.415)	(78.859)	(2.795)

Posição ativa (swap) - Taxas/Compra

Valor de referência	13.025	-	-	13.025
Valor justo	13.296	-	-	13.296
Resultado acumulado	51	-	-	51

Posição passiva (swap) - Taxas/Compra

Valor de referência	13.025	-	-	13.025
Valor justo	13.293	-	-	13.293
Resultado acumulado	(48)	-	-	(48)

A seguir apresentamos quadro com a exposição em derivativos:

Controladora	31/12/2011	Vencimento		
		Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos	Acima de 05 anos
Descrição/Tipo				
DI - Compromissos/Compra	Alta de Juros	(4.678)	(19.967)	(30.964)
	Consolidado			
	31/12/2011	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos	Acima de 05 anos
Descrição/Tipo				
DI - Compromissos/Compra	Alta de Juros	(138.402)	(588.847)	(911.717)
Posição ativa (swap) - Índice	Variação da Inflação	(377)	(2.388)	(3.877)
Posição passiva (swap) - Taxas/Venda	Variação de Juros	(6.816)	(5.834)	(4.768)

5.4. Análise de sensibilidade

a. Carteira de ativos

A carteira de investimentos do Grupo possui ativos classificados para vencimento (HTM), disponível para venda (AFS) e negociação (MTM).

Os ativos marcados para vencimento são valorizados pela curva de compra do papel, não existindo influência das flutuações de mercado. Esse fato proporciona receitas uniformes, já que não há volatilidade. Diante disso, considera-se dispensável a realização de testes de sensibilidade nos ativos HTM que compõem a carteira de investimentos do Grupo.

Com relação aos ativos classificados como disponível para venda, existe a influência do mercado na valorização. Por outro lado, a receita financeira é apurada pela curva de compra dos papéis, ou seja, não existem variações na curva de juros, o que uniformiza os resultados.

Nos ativos classificados para negociação, tanto a valorização dos ativos, quanto a apuração da receita são influenciados pelas alterações do mercado. As perdas registradas numa possível desvalorização dos ativos são compensadas por ganhos nas posições dos derivativos.

Nessas duas classificações, AFS e MTM, o método utilizado para a análise de sensibilidade dos ativos é o de *Stress Testing*. Além disso, é monitorado diariamente o *VaR-Value at Risk*.

b. Carteira de derivativos

A carteira de investimentos do Grupo é composta pelas seguintes operações de derivativos: contratos futuros de taxa de juros e swap.

Nos contratos de taxa de juros, as partes envolvidas no negócio se comprometem a comprar ou vender certa quantidade de um ativo por um preço estipulado para a liquidação em data futura. Os compromissos são ajustados diariamente às expectativas do mercado referentes ao preço futuro daquele bem, por meio do ajuste diário, mecanismo que apura perdas e ganhos.

O contrato de swap constitui um acordo, entre duas partes, que estabelecem a troca de fluxo de caixa tendo como base a comparação da rentabilidade entre dois bens.

A análise de sensibilidade foi baseada em três cenários, "provável", "possível" e "remoto", os quais avaliam os impactos sobre as posições da carteira em derivativos. O cenário "provável" foi elaborado a partir da série histórica de dados dos derivativos, enquanto o "possível" e o "remoto" foram obtidos com a proporção de 25% e 50% de perda, respectivamente.



Notas Explicativas Consolidadas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

14.2. Sinistros líquidos de resseguro

Valores em R\$ Mil
Conciliação

Total do Passivo apresentado na tabela desenvolvimento sinistros
PSL de operações do ramo DPVAT
PSL de Nota Técnica
PSL Retrocessão
Total da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
No final do ano do aviso	345.030	334.287	371.397	348.711	378.171	432.150
1 ano depois	373.670	354.457	398.359	360.652	378.140	
2 anos depois	387.000	366.963	412.523	375.117		
3 anos depois	395.223	368.932	423.844			
4 anos depois	401.434	373.343				
5 anos depois	410.719					
Estimativa corrente	410.719	373.343	423.844	375.117	378.140	432.150
Pagamentos acumulados até a data-base	361.047	338.329	377.617	323.035	328.694	268.912
Passivo reconhecido no balanço	49.672	35.014	46.227	52.083	49.445	163.238
Passivo em relação a anos anteriores a 2006						
Total do passivo incluso no balanço						

15. Débitos de operações de seguro e resseguro

15.1. Composição

	31/12/2011
Prêmios a restituir	52.393
Operações com seguradoras	12.878
Operações com resseguradoras	4.043
Corretores de seguros e resseguros	16.214
Custos de comercialização a pagar	29.038
Outros débitos	10.627
Total	125.193

16. Débitos de operações de previdência complementar

16.1. Composição

	31/12/2011
Contribuições a restituir	1.851
Comissões de corretagem a pagar	2.899
Custos de comercialização a pagar	2.136
Outros débitos	3
Total	6.889

17. Débitos de operações de capitalização

17.1. Composição

	31/12/2011
Comissões de corretagem a pagar	1.277
Custos de comercialização a pagar	6.189
Mensalidades a devolver	902
Outro débitos	263
Total	8.631

18. Débitos de outras operações

18.1. Composição

	31/12/2011
Comissões de corretagem a pagar	5.863
Custos de comercialização a pagar	475
Outro débitos	992
Total	7.330

19. Impostos e contribuições a recolher

19.1. Composição

	31/12/2011
Imposto de renda retido na fonte	25.377
ISS retido	2.139
IOP a recolher	7.059
INSS e FGTS a recolher	2.484
PIS, COFINS e CSLL retidos	470
IRPJ e CSLL a recolher	594.161
PIS e COFINS a recolher	2.927
Tributos sobre ajustes TVM	38.889
Outros impostos e contribuições	3.397
Total	676.903

20. Provisões

20.1. Composição

	31/12/2011
Natureza cível	119.352
Natureza trabalhista	5.722
Natureza fiscal - Contingências	99.015
Natureza fiscal - Obrigações legais	724.557
Totais	948.646

As contingências cíveis referem-se, basicamente a pedidos de indenização material e moral por negativa de pagamento de sinistros em função, principalmente de: (i) doenças pré-existentes; (ii) discordância em relação ao valor indenizado; (iii) danos físicos ao imóvel por vício de construção; (iv) falta de pagamento/devolução de prêmio; (v) questionamentos relacionados a resgates e benefícios de previdência; e (vi) questões relativas a sorteios, resgates e devoluções de títulos de capitalização.

As contingências trabalhistas referem-se, basicamente, a questionamentos de valores por ocasião da rescisão contratual.

As contingências fiscais referem-se a processos judiciais e/ou administrativos ligados a questionamentos e autuações de tributos federais e municipais e estão compostos principalmente de: i) autos de infração de possíveis débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS; ii) auto de infração referente a débitos previdenciários.

As discussões judiciais envolvendo obrigações legais são integralmente provisionadas independentemente da avaliação quanto a probabilidade de perda e referem-se basicamente a discussões de: (i) alargamento de base de PIS e COFINS; (ii) aumento da alíquota de CSLL.

20.2. Segregação em função da probabilidade de perda

	31/12/2011	Remota	Possível	Provável	Total
Natureza cível	119.352	222.659	77.945	119.352	419.956
Natureza trabalhista	5.722	1.213	1.838	5.722	8.773
Natureza fiscal	99.015	4.348	106.551	99.015	209.914
Total	948.646	228.220	186.334	224.089	638.643

21. Outros passivos

21.1. Composição

	31/12/2011
Fornecedores	19.959
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	235.156
Honorários e remunerações a Pagar	12.494
CNP Assurances	3.325
Contas a pagar dos fundos de investimento	35.681
Depósitos de terceiros	122.667
Cheques em trânsito	11.684
Provisão de férias e 13º a pagar	7.530
Outras obrigações a pagar	51.216
Total	499.712

22. Patrimônio líquido

22.1. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 4.743.543 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

22.2. Reservas de lucros

a. Reserva legal - é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital.

b. Reserva de retenção de lucros - é constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício após considerar o dividendo proposto, a reserva legal e os juros sobre o capital próprio. A Assembleia Geral Ordinária pode deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, reinvestimento nas operações da Companhia ou para distribuição complementar de dividendo.

22.3. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 25% sobre o lucro líquido, sendo que esses valores não são atualizados monetariamente, cujos montantes provisionados em 31 de dezembro de 2011 estão demonstrados abaixo:

	31/12/2011
Lucro líquido do período	114.319
(-) Reserva Legal	(5.716)
Base de cálculo de dividendos	108.603
Dividendo mínimo - 25%	27.151
Dividendos provisionados	27.151

23. Resultado operacional segregado por operação

Demonstramos abaixo a abertura do resultado operacional do Grupo, segregado por tipo de operação:

	01 a 31/12/2011						
	Seguros	Previdência	Capitalização	Consórcio	Saúde	Outros	Total
Prêmios retidos	185.047	-	-	-	476	-	185.523
Varição das provisões técnicas	(27.253)	(299.450)	-	-	(1)	-	(326.704)
Despesas de comercialização	(23.090)	(2.851)	(10.705)	-	(2)	-	(36.648)
Receitas de contribuições e prêmios	-	301.436	-	-	-	-	301.436
Benefícios e sinistros	(63.625)	(667)	-	-	-	-	(64.292)
Receitas líquidas com títulos de capitalização	-	-	27.661	-	-	-	27.661
Despesas com títulos resgatados e sorteios	-	-	(6.043)	-	-	-	(6.043)
Outras receitas e despesas operacionais	(14.625)	(2.636)	(1.225)	16.045	(1.071)	32	(3.480)
Margem técnica	56.454	(4.168)	9.688	16.045	(598)	32	77.453
Resultado administrativo	(29.547)	(7.847)	(4.289)	(4.141)	49	(32)	(45.807)
Resultado financeiro	36.468	30.863	10.408	3.410	74	60	81.283
Resultado patrimonial	6	-	-	-	-	-	6
Resultado operacional	63.381	18.848	15.807	15.314	(475)	60	112.935

Diretoria Executiva

Thierry Marc Claude Claudon
Diretor Presidente

Jérôme Marie Denis Philippe Garnier
Diretor

José Lopes Coelho
Diretor

Contador

Marco Antonio Barbosa Pires
CRC DF 014151/O-6

Parcer do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Caixa Seguros Holding S.A., tendo examinado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, aprovou, por unanimidade, a referida proposição. Face ao exposto, é de parecer que os citados documentos merecem a aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Brasília, 8 de fevereiro de 2012

Xavier Larnaudie-Eiffel

Presidente

Edmond Alphandery

Marco Aurélio de Almeida Garcia

Antoine Lissowski

Júlio Alexandre de Menezes da Silva

Jérôme Jean-Louis Marin Gallot

Thierry Marc Claude Claudon

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Caixa Seguros Holding S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Caixa Seguros Holding S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao período de 29 de junho (início das atividades) a 31 de dezembro de 2011, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Caixa Seguros Holding S.A. e suas controladas ("Consolidadas") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao período de 29 de junho (início das atividades) a 31 de dezembro de 2011, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras

e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Seguros Holding S.A. e da Caixa Seguros Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados referentes ao período de 29 de junho (início das

atividades) a 31 de dezembro de 2011, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase:** Conforme mencionado nas Notas 1 e 30 as Assembleias Gerais Extraordinárias - AGE, realizadas em 28 e 30 de dezembro de 2011, aprovaram, respectivamente, a incorporação pela Companhia da parcela cindida do patrimônio líquido da Caixa Seguradora S.A. e o aumento de capital da Companhia pela totalidade das quotas representativas do capital social da Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda. Esses eventos societários foram precedidos de aprovação prévia da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, no que tange à cisão parcial de ativos da Caixa Seguradora S.A., e está em processo de homologação final pela SUSEP. As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 da Caixa Seguros Holding S.A. consideram os lançamentos contábeis decorrentes desses eventos. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.



PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP00016/O-5 "F" DF

Brasília, 27 de fevereiro de 2012

Luís Carlos Matias Ramos

Contador CRC 1SP171564/O-1 "S" DF



Relatório da Administração - Exercício de 2011

Senhores Acionistas,

Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da CAIXA SEGURADORA S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Objetivando dar continuidade ao seu planejamento estratégico, a Administração do Grupo Caixa Seguros promoveu em dezembro uma reestruturação societária, que incluiu a cisão parcial do aceno patrimonial da CAIXA SEGURADORA S.A. e a respectiva incorporação destes ativos pela Caixa Seguros Holding S.A. e pela Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda.

Como resultado deste processo, o patrimônio líquido da Companhia foi reduzido em R\$ 1,5 bilhão com contraparte na transferência às empresas acima mencionadas dos respectivos ativos financeiros, de dividendos a receber e das participações societárias nas empresas Caixa Capitalização S.A., Caixa Vida e Previdência S.A., Caixa Consórcios S.A. - Administradora de Consórcios, Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A. e Caixa Seguros Assessoria e Consultoria Ltda.

Ao final da reestruturação, as ações detidas pelos acionistas da CAIXA SEGURADORA S.A., foram vertidas à Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda. a título de aumento do capital social naquela empresa. Desta forma, esta empresa passou a deter 100% das ações emitidas pela Companhia.

Esta reestruturação depende da homologação da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

A CAIXA SEGURADORA S.A. encerrou o exercício com o lucro líquido de R\$ 984,1 milhões, alta de 10,6% em relação aos R\$ 889,5 milhões obtidos no exercício anterior.

A CAIXA SEGURADORA S.A., considerada uma das empresas mais rentáveis do mercado segurador, encerrou o último exercício com 38,6% de rentabilidade sobre o patrimônio líquido.

O volume dos prêmios ganhos pela Companhia aumentou de R\$ 1,5 bilhão no exercício de 2010 para R\$ 1,8 bilhão em 2011, representando alta de 20%. O resultado financeiro líquido de R\$ 370,9 milhões no exercício de 2011 foi 26% superior aos R\$ 294,4 milhões auferidos no exercício de 2010. O resultado patrimonial registrado no período foi de R\$ 330,5 milhões.

O saldo do patrimônio líquido da CAIXA SEGURADORA S.A. ao final do exercício de 2011, face à cisão parcial acima descrita, ficou registrado em R\$ 1,3 bilhão.

A CAIXA SEGURADORA S.A. comemora seus índices de crescimentos, resultado de investimentos em inteligência e tecnologia, na forma de produtos adequados e bom relacionamento com os clientes. Todas essas ações seguem os princípios de responsabilidade social e ambiental e pela gestão sustentável dos negócios.

A Companhia tem como prática a distribuição dos resultados obtidos, assegurando aos acionistas, a título de dividendos, o mínimo de 25%, conforme estabelecido no Estatuto Social. Diante da atual capacidade financeira, os títulos classificados na categoria "até o vencimento", conforme Circular SUSEP nº 379/08, serão mantidos até o vencimento.

Partes Relacionadas - Auditores Externos

Com o objetivo de atender à instrução CVM nº 381, informamos que a empresa de auditoria PRICE WATERHOUSE COOPERS Auditores Independentes não prestou serviços não relacionados à auditoria externa em patamares superiores a 5% do total de honorários de auditoria externa ao longo do exercício de 2011.

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa fundamenta-se nos princípios que preservam a independência dos auditores independentes. Ela consiste, de acordo com os princípios internacionalmente aceitos, em:

- o auditor não deve auditar o próprio trabalho;
- o auditor não deve exercer funções gerenciais no cliente; e
- o auditor não deve promover os interesses do cliente.

Considerações Finais e Agradecimentos

A CAIXA SEGURADORA S.A. agradece o apoio e a confiança dos acionistas, dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria.

Agradecemos também o apoio recebido da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), do IRB - Brasil Resseguros S.A., da CNSEG, dos corretores e, em particular, dos nossos clientes, objetivo principal do nosso trabalho.

Por fim, a Companhia reconhece o esforço eficaz e o profissionalismo da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e do corpo funcional da CAIXA SEGURADORA. O apoio e a dedicação mais uma vez demonstrados por todos são fatores fundamentais para consolidar as conquistas obtidas e enfrentar, com competência e dinamismo, nossos futuros desafios.

Brasília, 08 de fevereiro de 2012

A Diretoria

Balanco Patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	NOTA	31/12/2011	31/12/2010		NOTA	31/12/2011	31/12/2010
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Disponível		3.494.396	3.457.508	Contas a pagar		3.356.348	2.760.301
Caixa e bancos		12.754	21.528	Obrigações a pagar	12.1	719.457	588.795
Aplicações	5	2.542.314	2.738.124	Impostos e encargos sociais a recolher		11.372	10.512
Créditos das operações com seguros e resseguros		383.335	263.788	Encargos trabalhistas		6.206	5.621
Prêmios a receber	6.1	258.155	221.796	Impostos e contribuições	12.2	374.903	328.060
Operações com seguradoras		28.414	11.422	Outras contas a pagar	12.3	36.739	17.638
Operações com resseguradoras		5.716	1.392	Débitos de operações com seguros e resseguros		110.415	139.532
Outros créditos operacionais	7.3	91.050	29.178	Prêmios a restituir		52.393	61.636
Ativos de resseguro - Provisões técnicas		60.066	20.841	Operações com seguradoras		12.878	28.790
Títulos e créditos a receber	7	442.362	386.375	Operações com resseguradoras		3.662	2.896
Títulos e créditos a receber	7.1	232.628	207.168	Corretores de seguros e resseguros		12.427	7.582
Créditos tributários e previdenciários	7.2	174.581	149.758	Outros débitos operacionais		29.055	18.628
Outros créditos		35.153	29.449	Depósitos de terceiros	13	84.308	15.508
Outros valores e bens		866	728	Provisões técnicas - seguros	10	2.442.168	2.016.466
Bens a venda		769	728	Danos		1.268.197	1.499.834
Outros valores		97	-	Pessoas		1.173.971	516.632
Despesas antecipadas		18.240	6.969	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		872.062	591.562
Custos de aquisições diferidos		34.459	19.155	Contas a pagar		21.466	14.388
Seguros		34.943	19.644	Tributos diferidos	12.4	21.358	13.104
Resseguros		(484)	(489)	Outras contas a pagar		108	1.284
ATIVO NÃO CIRCULANTE		2.098.108	2.445.003	Provisões técnicas - seguros		85.601	43.259
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.925.285	1.536.782	Danos		15.918	15.219
Aplicações	5	1.409.394	1.173.968	Pessoas		69.683	28.040
Ativos de resseguro - Provisões técnicas		554	284	Outros débitos		764.995	533.915
Títulos e créditos a receber	7	510.983	360.331	Provisões judiciais		764.995	533.915
Créditos tributários e previdenciários	7.2	244.634	177.153	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15	1.364.094	2.550.648
Depósitos judiciais e fiscais	14.1	265.961	182.815	Capital social		1.000.000	1.000.000
Outros créditos operacionais		388	363	Redução de capital (em aprovação)		(500.000)	-
Outros valores e bens		36	76	Reservas de lucros	15.2	836.442	1.531.324
Custos de aquisição diferidos		4.318	2.123	Ajustes com títulos e valores mobiliários		27.652	19.324
Seguros		4.446	2.214	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.592.504	5.902.511
Resseguros		(128)	(91)				
Investimentos	8	7.124	805.141				
Participações societárias		5.741	803.758				
Outros Investimentos		1.383	1.383				
Imobilizado		134.882	86.198				
Imóveis de uso próprio		10.769	11.194				
Bens móveis		30.529	33.169				
Outras imobilizações		93.584	41.835				
Intangível		30.817	16.882				
Outros intangíveis		30.817	16.882				
TOTAL DO ATIVO		5.592.504	5.902.511				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Discriminação	Capital Social	Redução capital em aprovação	Reservas de Lucros	Ajustes TVM	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	1.000.000	-	1.215.450	12.744	-	2.228.194
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	6.580	-	6.580
Dividendos complementares: AGO de 29/03/2010	-	-	(345.436)	-	-	(345.436)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	889.502	889.502
Proposta para distribuição do resultado:						
Reserva legal	-	-	-	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	44.475	-	(44.475)	-
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos R\$ 13.478,47 por lote de mil ações	-	-	616.835	-	(616.835)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1.000.000	-	1.531.324	19.324	(228.192)	2.550.648
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	26.790	-	26.790
Dividendos complementares: AGO de 31/03/2011	-	-	-	-	-	-
Dividendos complementares: AGE de 30/05/2011	-	-	(194.321)	-	-	(194.321)
Redução de capital - AGE 28/12/2011	-	-	(211.257)	-	-	(211.257)
Redução reserva legal - AGE 28/12/2011	-	(500.000)	-	-	-	(500.000)
Redução de outras reservas de lucro - AGE 28/12/2011	-	-	(14.354)	-	-	(14.354)
Ajuste de títulos e valores mobiliários - AGE 28/12/2011	-	-	(992.930)	-	-	(992.930)
Resultado líquido do período	-	-	-	(18.462)	984.096	(18.462)
Proposta para distribuição do resultado:						
Reserva de retenção de lucros	-	-	717.980	-	(717.980)	-
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos R\$ 31.437,02 por lote de mil ações	-	-	-	-	(266.116)	(266.116)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.000.000	(500.000)	836.442	27.652	-	1.364.094

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado e Demonstração do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	NOTA	31/12/2011	31/12/2010
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
Prêmios emitidos líquidos		2.179.183	1.841.744
Variações das provisões técnicas de prêmios		(328.531)	(254.783)
Prêmios ganhos		1.850.652	1.586.961
Receita com emissão de apólices		38.386	35.977
Sinistros ocorridos		(664.826)	(525.638)
Outras receitas e despesas operacionais	17	(138.270)	(100.814)
Resultado com resseguro	17	(193.479)	(183.509)
Receita com resseguro		21.183	(1.207)
Despesa com resseguro		(42.787)	1.489
Despesas administrativas	17	(21.604)	(2.696)
Despesas com tributos	17	(184.199)	(166.433)
Resultado financeiro	17	(94.756)	(95.830)
Resultado patrimonial	17	370.943	294.444
Resultado operacional	17	330.556	350.602
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		1.336.190	1.194.553
Resultado antes dos impostos e participações		6	(6.653)
Imposto de renda	18	(212.515)	(181.484)
Contribuição social	18	(129.961)	(109.886)
Participações sobre o resultado	19	(9.624)	(7.028)
Lucro líquido		984.096	889.502
Quantidade de ações		8.465.054	16.930.108
Lucro líquido por ação		116,25	52,54
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE			
Lucro líquido do exercício		984.096	889.502
Outros lucros abrangentes		(27.652)	(19.324)
Ajustes de títulos e valores mobiliários		(48.761)	(30.331)
Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários		21.109	13.104
Ajuste de Títulos e Valores Mobiliários - Investidas		-	(2.097)
Total dos lucros abrangentes para o período		956.444	870.178
Quantidade de ações		8.465.054	16.930.108
Lucro líquido por ação		112,99	51,40

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Direto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	31/12/2011	31/12/2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de prêmios de seguro, e outras	2.565.668	2.774.018
Recuperações de sinistros e comissões	41.704	75.519
Outros recebimentos operacionais (salvados, ressarcimentos e outros)	76.215	147.514
Pagamentos de sinistros, benefícios, resgates e comissões	(801.552)	(1.306.753)
Repasses de prêmios por cessão de riscos	(49.576)	(110.158)
Pagamentos de despesas com operações de seguros e resseguros	(224.116)	(269.962)
Pagamentos de despesas e obrigações	(147.241)	(195.203)
Pagamento de indenizações e despesas em processos judiciais	(184.246)	(90.128)
Outros pagamentos operacionais	(296.743)	(107.906)
Recebimentos de juros e dividendos	234.139	211.370
Constituição de depósitos judiciais	(90.906)	(20.117)
Resgates de depósitos judiciais	61.203	45.385
Pagamentos de participações nos resultados	(6.204)	(5.820)
Caixa gerado pelas operações	1.178.345	1.147.759
Impostos e contribuições pagos:	(382.147)	(406.871)
Juros pagos	(991)	(14)
Investimentos financeiros:	399.991	(121.038)
Aplicações	(2.126.099)	(2.483.587)
Vendas e resgates	2.477.127	2.300.106
Rendimentos recebidos	48.963	62.443
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.195.198	619.836
Pagamento pela compra de ativo permanente:	(570.320)	(61.764)
Investimentos	(497.729)	(610)
Imobilizado	(58.770)	(48.692)
Intangível	(13.821)	(12.462)
Recebimento pela venda de ativo permanente:	118	925
Investimentos	-	602
Imobilizado	118	323
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(570.202)	(60.839)
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(633.770)	(525.904)
Outros	-	(42.812)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(633.770)	(568.716)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(8.774)	(9.719)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	21.528	31.247
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	12.754	21.528
CONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO COM O FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL	31/12/2011	31/12/2010
Lucro líquido do período	984.096	889.502
AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO		
Depreciações e amortizações	12.765	10.440
(-) Resultado positivo de equivalência patrimonial	-	(348.973)
Varição das aplicações	(39.617)	(525.296)
Varição dos créditos das operações	(159.041)	(54.913)
Varição de títulos e créditos a receber	(206.639)	(210.966)
Varição de outros valores e bens	(97)	2.277
Varição das despesas antecipadas	(11.271)	1.942
Varição das despesas de comercialização diferidas	(17.500)	(4.845)
Varição de contas a pagar	137.738	52.921
Varição de débitos de operações com seguros e resseguros		



* continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

balanço. Os títulos sujeitos à negociação antes de seu vencimento têm o seu valor contábil ajustado ao valor de mercado, sendo que os ajustes ao valor de mercado são contabilizados em contrapartida ao resultado do período (títulos classificados como "para negociação") ou em conta específica do patrimônio líquido (títulos classificados como "disponíveis para venda"), líquido dos efeitos tributários. Os títulos que compõem a carteira dos fundos de investimento exclusivos, em consonância com o que dispõe a regulamentação, são classificados segundo instruções emitidas pela Companhia para o administrador do fundo, nas categorias "para negociação" ou "mantidos até o vencimento". Os ativos dos fundos de investimento abertos são ajustados ao valor de mercado. Eventuais perdas potenciais em períodos temporários são refletidas no resultado através da constituição de provisões para perdas.

Os títulos classificados como "para negociação" são apresentados no ativo circulante, independentemente de seu vencimento. Os títulos classificados como "disponíveis para venda" e "mantidos até o vencimento" são apresentados no ativo circulante e não circulante de acordo com seu vencimento.

b. Empréstimos e recebíveis
Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber, ativos de resseguro e contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado e são avaliados para *impairment* (recuperação) a cada data de balanço.

2.5. Mensuração
O valor de mercado dos títulos é determinado de acordo com os critérios e informações abaixo:
a. Títulos públicos: com base no "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.
b. Ações: com base nas cotações de preço médio divulgadas pela BM&FBovespa no último pregão em que foram negociadas.
c. Depósitos a prazo com garantia especial: valor de curva de aplicação, até o vencimento, por contar com garantia do Fundo Garantidor de Crédito - FGC, até o limite de R\$ 20 milhões e prazo de cinco anos. Cada aplicação tem registro específico junto à CETIP, com código apropriado e cópia do contrato da operação arquivado em meio eletrônico naquela clearing. A máxima perda esperada, em caso de "default" da instituição emissora, são três dias úteis (ou dias de "overnight") até o reembolso da aplicação pelo FGC.

d. Debêntures, certificado de depósitos bancários e cédula de certificado bancário: com base em modelo de precificação desenvolvido pelo custodiante, que considera fatores de risco incluído o risco de crédito do emissor.
e. Títulos da dívida externa: os preços são obtidos na Agência Reuters, cujas bases são atualizadas pelas instituições que operam esse mercado.
f. Títulos da dívida agrária: não é calculado valor de mercado tendo em vista a impossibilidade de homogeneizar os resultados das transações desses títulos diante da sua baixa liquidez e, ainda, pela diversidade de datas de vencimento dos papéis, sendo usado para esse fim o valor de curva dos papéis, através de precificação segundo a taxa de aquisição.

g. Créditos securitizados: não é calculado valor de mercado em função das peculiaridades da carteira, sendo usado para esse fim o valor de curva dos papéis, cuja precificação é dada pela expectativa do reembolso das operações de créditos realizadas segundo as taxas de juros contratadas com os emissores dessas obrigações.
2.5.3. Compensação de instrumentos financeiros
Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.4. Instrumentos financeiros derivativos
Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, segundo o valor de ajuste divulgado pela BM&FBovespa, sempre em contrapartida a um ativo, com mesmo vencimento e, no limite, até o valor da posição do respectivo ativo. Somente são detidas posições, em derivativos, contrárias aos ativos, isto é, não existem posições em derivativos sem o seu correspondente ativo-base.
2.6. Impairment
2.6.1. Impairment de ativos financeiros
a. **Ativos negociados ao custo amortizado**
A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável pela Administração.
Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emissor ou tomador;
- Uma queda de preço, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Tornar-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

• A provisão para riscos sobre operações de seguros e resseguros é constituída em montante julgado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização de uma queda de preço e que leva em consideração os prêmios vencidos há mais de 60 dias, liquidos de recuperações e cessões, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento;

• Demais operações: constituída através de análises individualizadas e em montante julgado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos.
Mediante avaliações, a Companhia entende que a provisão para riscos sobre créditos em consonância com determinações da SUSEP está adequada e reflete o histórico de perdas internas.

b. Ativos classificados como disponível para venda
A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro está deteriorado.
No caso de investimentos em instrumentos de capital, é analisado se existe uma queda acentuada e/ou constante no valor de mercado do ativo em relação ao seu valor de aquisição, de acordo com parâmetros estabelecidos pela Administração. Em caso positivo, a perda esperada é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado do período. Os valores reconhecidos como perda de instrumentos de capital não são revertidos em períodos subsequentes.
Para os instrumentos de dívida, é analisado se existe um risco de *default* do emissor. Em caso positivo a perda esperada é registrada no resultado do período, podendo esta ser revertida, caso seja verificado um aumento no valor do ativo e que esse fato possa ser relacionado a eventos posteriores ao reconhecimento da perda.

2.6.2. Impairment de ativos não financeiros
Os ativos, substancialmente compostos pelos gastos com software, que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida, quando aplicável, pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação nas demonstrações financeiras.

2.7. Ativos relacionados a resseguros
A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da transferência de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato não exime as obrigações para com os segurados.

2.8. Participações, imobilizado e intangível
As participações acionárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.
O imobilizado e intangível são avaliados ao custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia são: i) imóveis - 4% a.a.; ii) móveis, máquinas e demais equipamentos - 10% a.a.; iii) equipamentos de informática e veículos - 20% a.a.
O intangível refere-se a gastos em desenvolvimento de sistemas informatizados, a serem amortizados a partir da data de utilização. A taxa de amortização utilizada pelo grupo é de 20% a.a.

2.9. Provisões técnicas
As Provisões Técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos na Resolução CNSP nº 162/06 e suas alterações, e nos termos da Resolução CNSP nº 135/05, devem ser realizadas, anualmente, avaliações atuariais das carteiras com o objetivo de se atestar a adequação das provisões. A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela de prêmio do seguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido. A Administração constituiu, adicionalmente ao cálculo da PPNG a parcela relativa aos Riscos Vigentes mas Não Emitidos (RVNE) obtida conforme metodologia prevista em Nota Técnica Atuária, metodologia esta que toma por base as datas de início e fim de vigência do risco e as datas de emissão observadas nas bases de prêmios da Companhia.

A Provisão para insuficiência de Prêmios (PIP) é constituída segundo parâmetros estabelecidos em Nota Técnica Atuária quando a PPNG se mostra insuficiente para fazer face aos custos futuros relacionados à carteira de seguros.
A Provisão para Pagamento de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, líquidos das recuperações de Cosseguro Cedido, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço e atualizada monetariamente nos termos da legislação.
Adicionalmente, a Companhia realiza cálculo do complemento da PSL realizado com base em triângulos Run-Off e a evolução da reestimativa atualizada dos valores totais de sinistros avisados (pagos mais pendentes) ao longo do seu período de regulação ou do trâmite jurídico da regulação.

A Provisão para Sinistros Ocorridos mas Ainda Não Avisados (BNR) é determinada com base em dados atuariais que levam em conta a experiência histórica e as estatísticas previstas em Nota Técnica Atuária realizadas com base no histórico de sinistros incorridos agrupados por Ramos, Grupos de Ramos ou Grupos de Produtos da Companhia.
A Companhia constitui ainda uma "Provisão para Riscos Crescentes", classificada na conta "Outras Provisões Técnicas" para alguns produtos dos ramos i) 1068 Seguro Habitacional fora do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), ii) 1061 - Seguro Habitacional em Apólices de Mercado - Prestamista, e iii) 1065 - Seguro Habitacional em Apólices de Mercado - Demais Coberturas, provisão esta relacionada às coberturas de morte e invalidez permanente e de danos físicos ao imóvel. A provisão é calculada com base em Nota Técnica Atuarial submetida à SUSEP e tem por objetivo equalizar a relação entre os prêmios e sinistros ao longo do prazo dos contratos.

A constituição da provisão para fazer face a encargos futuros com o consórcio DPVAT, com base em informes emitidos pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. sobre os valores constituídos, são calculados e provisionados juros à razão de 6% a.a., a débito da conta "Despesas Financeiras".
2.9.1. Tábua
No quadro abaixo apresentamos o conjunto das tábuas e taxas de carregamento dos principais produtos comercializados pela Companhia:

Ramo	Produto	Tábua	Taxas de carregamento
93	Empresarial	CSO 80	0,01% a 15%
93	Exclusivo	AT 49 M	Corretagem: 5%; DA: 8,2% a 10%
93	Executivo		
93	Multipremiado	CSO 80	Agenciamento: 7% a 20%; Corret.: 2% a 12%; DA: 26% a 30%; Margem Lucro: 10% a 20%
93	Mulher	AT 49 M	Agenciamento: 7% a 10%; Corret.: 12%; DA: 5% a 30%; ML: 15,8% a 20%
93	Senior		
93	Tradicional		
93	Vida da Gente	CSO 80	Agenciamento: 7%; Corret.: 0,5%; DA: 26%; ML: 33,2% a 35%
61	Fácil AP		Agenciamento: 0,01% a 150%; Corret.: 1% a 15%; DA: 3% a 30%; ML: 1% a 20%
81	Hipotecário	AT 2000 M	Corretagem: 0,01% a 16,5%; DA: 1 a 32,5%; ML: 1% a 20%; Agenc.: 0,01% a 100%
77	Prestamista Imob	AT 83	Corretagem: 23%; DA: 10% ML: 3%
77	Prestamista Auto	AT 49 M	10% a 98%
48	Crédito Interno PF	CSO 58	DA: 1% a 30%; Corretagem: 1% a 30%; ML: 1% a 30%
71	Seguro de Valores		Despesas Administrativas - 0% ≤ DA ≤ 50%; Margem de Lucro - 0% ≤ ML ≤ 10%; Corretagem - 0% ≤ CR ≤ 100%
14	Multirrisco Residencial Novo		Despesas Administrativas - 1% ≤ DA ≤ 50%; Margem de Lucro - 1% ≤ ML ≤ 50%; Corretagem - 1% ≤ CR ≤ 100%
16	Multirrisco Condomínio		Despesas Administrativas - 1% ≤ DA ≤ 50%; Margem de Lucro - 1% ≤ ML ≤ 50%; Corretagem - 1% ≤ CR ≤ 40%
14	Multirrisco Residencial		Despesas Administrativas - 1% ≤ DA ≤ 30%; Margem de Lucro - 1% ≤ ML ≤ 30%; Corretagem - 1% ≤ CR ≤ 30%
14	Bilhete RD Novo		Despesas de Comercialização - R\$ 35,00; Administrativas - Opção I - 36,30%; Opção II - 42,40%
14	Compreensivo Consórcio		Despesas Administrativas - 20%; Prolabore - 23%; Estipulante - 0,01% < e < 25%; Corretagem - 0,01%
41	Lucros Cessantes		Despesas Administrativas - 5% ≤ DA ≤ 30%; Margem de Lucro - 0,5% ≤ ML ≤ 10%; Corretagem - 0,1% ≤ CR ≤ 30%
51	Responsabilidade Civil		Despesas Administrativas - 5% ≤ DA ≤ 30%; Margem de Lucro - 0,5% ≤ ML ≤ 10%; Corretagem - 0,1% ≤ CR ≤ 30%
71	Equipamentos Móveis e Estacionários		Despesas Administrativas - 5% ≤ DA ≤ 30%; Margem de Lucro - 0,5% ≤ ML ≤ 10%; Corretagem - 0,1% ≤ CR ≤ 30%
71	Seguro de Eventos		Despesas Administrativas - 5% ≤ DA ≤ 25%; Margem de Lucro - 5% ≤ ML ≤ 10%; Corretagem - 0,01% ≤ CR ≤ 30%
41	Lucros Cessantes		Despesas Administrativas - 0% ≤ DA ≤ 15%; Margem de Lucro - 0% ≤ ML ≤ 20%; Corretagem - 0% ≤ CR ≤ 30%
51	Responsabilidade Civil		Despesas Administrativas - 0% ≤ DA ≤ 15%; Margem de Lucro - 0% ≤ ML ≤ 20%; Corretagem - 0% ≤ CR ≤ 30%
18	Multirrisco Empresarial		Corretagem - 0% ≤ CR ≤ 40%
51	Responsabilidade Civil		Despesas Administrativas - 5% ≤ DA ≤ 25%; Margem de Lucro - 0,5% ≤ ML ≤ 10%; Corretagem - 0,01% ≤ CR ≤ 30%
67	Riscos de Engenharia		Despesas Administrativas - 5% ≤ DA ≤ 25%; Margem de Lucro - 0,5% ≤ ML ≤ 10%; Corretagem - 0,01% ≤ CR ≤ 30%

2.10. Avaliação dos passivos originados de contratos de seguros

2.10.1. Passivos de contratos de seguros
Os contratos que transferem risco significativo de seguro para Companhia são avaliados segundo uma metodologia, ou modelo contábil aplicável para contratos de seguro. A Companhia utiliza as regras do CPC 11, quando não contrarie as regras da SUSEP e CNSP para avaliação destes contratos. Com isso, a Companhia aplicou as regras e procedimentos mínimos previstos no CPC 11 para avaliação de contratos de seguro que incluem, principalmente: i) a realização de um teste de adequação dos passivos de contratos de seguro (ou, Liability Adequacy Test - LAT); ii) realização de estudos e avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação de contratos de seguro segundo prática anterior; iii) processo de classificação econômica e atuarial de contratos entre contratos de seguro ou contratos de investimento; e iv) identificação de derivativos embutidos.

2.10.2. Custos de aquisição diferidos
Os custos de aquisição diferidos são compostos por todos os gastos que são diretamente incrementais e relacionados à origem ou renovação de contratos de seguro, e que possam ser avaliados com confiabilidade. Os demais gastos são registrados como despesa, conforme incorridos. São amortizados segundo o período do contrato, que equvale substancialmente ao período de expiração do risco.

2.10.3. Teste de adequação dos passivos (TAP)
Conforme requerido pelo CPC 11, a Companhia promoveu um teste de adequação dos passivos para todos os contratos que atendam à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estejam vigentes na data de execução do teste.
Para esse teste, a Companhia elaborou uma metodologia atuária baseada no valor presente da estimativa corrente dos fluxos de caixa futuros das obrigações já assumidas. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos foram agrupados conforme os grupos de ramos estabelecidos em regulamentação específica e os fluxos de caixa foram trazidos a valor presente, a partir de premissas de taxas de juros livres de risco (CDI Médio). No cálculo atuarial das estimativas correntes dos fluxos de caixa foram consideradas premissas atuariais realistas e não tendenciosas para cada variável envolvida (o quadro do item 2.9.1 desta demonstração traz o conjunto das tábuas e taxas de carregamento dos principais produtos comercializados pela Companhia, assim como no item 2.1 registramos uma abertura de prêmio por ramo, índice de sinistralidade e comissionamento). Para o cálculo das estimativas de sobrevivência e de morte, foram utilizadas as tábuas BR-EMVS, vigentes no momento da realização do teste, ajustadas por critério de desenvolvimento das expectativas de longevidade (e- Scale SDA).

Como conclusão dos testes realizados não foram encontradas insuficiências em nenhum dos agrupamentos analisados, para os períodos apresentados. O Estudo atuarial contendo o TAP foi assinado pelo Atuário Técnico Responsável e pelo Diretor Técnico estando disponível na sede da Companhia para o órgão regulador. Não aplicamos o teste de adequação de passivos aos contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT, DPEM e SFH/SH.

2.11. Outras provisões, ativos e passivos contingentes
A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.
A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza civil, fiscal e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação e sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC).

2.12. Atuação do resultado
Os prêmios de seguro, cosseguro aceito, prêmios cedidos e os respectivos custos de comercialização, são registrados quando da emissão das apólices e ajustados, com base em estimativas dos prêmios relativos a operações nas quais o recebimento só é conhecido após o início do período de cobertura. Os prêmios do seguro DPVAT, assim como os sinistros e provisões, são reconhecidos quando do coberto das informações fornecidas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

As participações nos lucros de ramos e empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

2.13. Provisão para imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240, que inclui as futuras opções para aplicações em incentivos fiscais. A contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 15%, conforme Lei 11.727/08. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas vigentes, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros. As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer dos períodos foram registradas no ativo circulante.

3. Estimativas e julgamentos contábeis
As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros
A Companhia possui certos contratos que são classificados como contratos de seguro devido à transferência significativa de risco de seguro para a Companhia. As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de seguros representam uma área onde a Companhia aplica estimativas contábeis críticas na preparação das demonstrações contábeis em conformidade com o CPC. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Companhia irá liquidar em última instância. A Companhia utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e

indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração, atuários e especialistas da Companhia para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

3.2. Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, civis e trabalhistas
A Companhia e parte em processos judiciais trabalhistas, fiscais e civis em aberto na data de preparação das demonstrações financeiras. O processo utilizado pela Administração para a contabilização e construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área e a evolução dos processos e status (ou instância) de julgamento de cada caso específico. Além disso, a Companhia utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, informações históricas de perdas em que existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição destas provisões segundo o CPC 25.

3.3. Estimativas utilizadas para cálculo de impairment de ativos financeiros
A Companhia aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Companhia aplica alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, principalmente os prêmios a receber de segurados.

A Companhia segue as orientações do CPC 38 para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está impairado. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, a Companhia avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro.

3.4. Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros
É o valor de ajuste diário informado pela BM&FBovespa, divulgado ao mercado após a finalização dos pregões do dia. Não existem outros instrumentos derivativos de alto risco de crédito na Companhia, exceto os derivativos de juros, referenciados aos DI - depósitos interfinanceiros, transacionados em bolsa.

4. Gestão de riscos
A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos da Companhia permite que os Riscos de Seguro, Crédito, Liquidez e Mercado sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo integrado. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado em uma estrutura de Controles Internos e Compliance (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração.

4.1. Riscos de seguro
4.1.1. Riscos inerentes
Risco de Seguro é o risco transferido do detentor do contrato para o emissor que não seja um risco financeiro, em outras palavras, o risco de seguro é um risco preexistente, transferido do segurado para a Seguradora. A definição de Risco de Seguro refere-se ao risco que a Seguradora aceita do segurado e Gestão de Riscos é o enfoque estruturado que alinha estratégia, processos, pessoal, tecnologia e conhecimento, com o objetivo de avaliar e gerenciar essas incertezas como forma de criação de valor. A Companhia dispõe de grande diversidade de produtos, incluindo seguro de vida, patrimoniais, para pessoas físicas e jurídicas, adotando uma política de seguro que abrange questões geográficas e concentração de riscos quando necessário. Neste ambiente os riscos inerentes às atividades da Companhia são:

- Risco estratégico - Falta de capacidade em proteger-se, adaptar-se ou antecipar-se a mudanças (econômicas, tecnológicas, mercadológicas e etc) que possam impedir o alcance dos objetivos e metas estabelecidas.
- Risco atuarial - Metodologias e/ou cálculos incorretos da tarificação do seguro, pela insuficiência da manutenção de tabelas de preços, bem como de reajustes periódicos a serem aplicados nas apólices, e pela inadequada constituição das reservas técnicas.

4.1.2. Controle do risco de seguro
A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos da Organização permite que os riscos de seguro sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado através de um forte mecanismo de controle implantado, incluindo funções de gerenciamento de risco, funções de controle interno e funções de auditorias internas e externas, independentes das linhas de negócios e outras segregações de funções necessárias. Um regime de alçadas está claramente delineado e padrões de operação bem definidos com normas, procedimentos e atribuições bem descritos, divulgados e monitorados. A Companhia conta com políticas de subscrição de risco, de combate à fraude e segurança da informação (implantadas e monitoradas), sistemática de prevenção à lavagem de dinheiro (implantada e monitorada), e com o trabalho de agentes de risco e conformidade designados, conhecedores de suas atribuições e atuantes em todas as áreas.

4.1.3. Estratégia de subscrição
A política de aceitação de riscos abrange todos os ramos de seguros operados e considera a experiência histórica e premissas atuariais na avaliação de viabilidade dos produtos. A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

4.1.4. Estratégia de resseguro
O programa de resseguro da Companhia reflete a posição estratégica da Companhia, privilegiando a retenção de prêmios pela seguradora e a cobertura de resseguro para grandes riscos ou eventos catastróficos.
Os ramos Vida, Riscos de Engenharia e Previdência, estratégicos para a Companhia e que apresentam volumes substanciais de carteira, estão sujeitos ao mínimo de resseguro. Mantém-se a obrigação legal de cessão ao IR&Brasil Re de 20% dos prêmios do Seguro de Engenharia nas apólices vigentes emitidas anteriormente a 15/05/2008, inclusive.

Os contratos de maior porte são usualmente negociados na forma de tratados e estão vinculados aos sinistros ocorridos durante a vigência dos contratos (losses occurring), a exemplo do que ocorre no mercado internacional. Nos ramos patrimoniais, hoje em franca expansão no que se refere ao aumento dos capitais em risco em negócios que ultrapassam a capacidade dos tratados de resseguro, há contratação de resseguro em bases facultativas. Os facultativos têm sua vigência limitada ao prazo de vigência dos apólices de seguro (risks attaching).

4.1.5. Teste de sensibilidade
As análises de sensibilidade da Companhia considerando-se às mudanças nas principais premissas em 31 de dezembro de 2011 e 2010, líquidos dos efeitos tributários, seguem apresentadas nos quadros abaixo, demonstrando os impactos de cada premissa no Resultado e no Patrimônio Líquido.

Sensibilidade	31/12/2011		Resgate/		Resgate/		Mortalidade/		Mortalidade/	
	Taxa 1%	Taxa -1%	Cancelamento 10%	Cancelamento -10%	Sinistralidade +5%	Sinistralidade -5%	Sinistralidade +5%	Sinistralidade -5%		
Hipotecário	-5,4%	6,4%	-1,0%	1,0%	-3,3%	3,3%	-3,3%	3,3%		
Vida	-0,3%	0,3%	-0,8%	0,7%	-1,6%	1,6%	-1,6%	1,6%		
Crédito	-3,7%	4,2%	-0,2%	0,2%	-0,5%	0,5%	-0,5%	0,5%		
RD	-0,2%	0,2%	0,0%	0,0%	-1,1%	1,1%	-1,1%	1,1%		
Garantia	-2,7%	3,0%	-0,1%	0,1%	-0,6%	0,6%	-0,6%	0,6%		
Total	-4,7%	5,5%	-0,9%	0,9%	-2,9%	2,9%	-2,9%	2,9%		

Sensibilidade	31/12/2010		Resgate/		Resgate/		Mortalidade/		Mortalidade/	
	Taxa 1%	Taxa -1%	Cancelamento 10%	Cancelamento -10%	Sinistralidade +5%	Sinistralidade -5%	Sinistralidade +5%	Sinistralidade -5%		
Hipotecário	-7,4%	8,6%	-1,7%	1,8%	-4,9%	4,9%	-4,9%	4,9%		
Vida	-0,5%	0,5%	-1,6%	1,5%	-2,0%	2,0%	-2,0%	2,0%		
Crédito	-3,7%	4,0%	-0,2%	0,2%	-1,6%	1,6%	-1,6%	1,6%		
RD	-0,3%	0,3%	0,0%	0,0%	-1,6%	1,6%	-1,6%	1,6%		
Garantia	-3,3%	3,6%	-0,2%	0,2%	-0,3%	0,3%	-0,3%	0,3%		
Total	-6,6%	7,6%	-1,5%	1,6%	-4,2%	4,3%	-4,2%	4,3%		

Sensibilidade	31/12/2011		Resgate/		Resgate/		Mortalidade/		Mortalidade/	
	Taxa 1%	Taxa -1%	Cancelamento 10%	Cancelamento -10%	Sinistralidade +5%	Sinistralidade -5%	Sinistralidade +5%	Sinistralidade -5%		
Hipotecário	-5,4%	6,4%	-5,5%	5,5%	-2,8%	2,8%	-2,8%	2,8%		
Vida	-0,3%	0,3%	-5,5%	5,5%	-2,7%	2,7%	-2,7%	2,7%		
Crédito	-3,7%	4,2%	-0,0%	0,0%	-3,0%	3,0%	-3,0%	3,0%		
RD	-0,2%	0,2%	0,0%	0,0%	-4,0%	4,0%	-4,0%	4,0%		
Garantia	-2,7%	3,0%	-1,8%	1,8%	-0,9%	0,9%	-0,9%	0,9%		
Total	-4,7%	5,5%	-3,7%	3,7%	-1,9					



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

5. Instrumentos financeiros

5.1. Resumo da classificação das aplicações

Os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos exclusivos estão sendo apresentados, em conjunto com os títulos de propriedade direta da Companhia. Os valores a receber, a pagar e de tesouraria desses fundos estão sendo apresentados na linha de outros valores.

	31/12/2011		31/12/2010		31/12/2011		
	Valor do Mercado	Valor do Custo Atualizado	Valor do Mercado	Valor do Custo Atualizado	Sem Vencimento	Entre 01 e 05 anos	Acima de 05 anos
Títulos para negociação							
Fundos de investimento	221.097	221.097	214.956	214.956	221.097	-	-
Letras financeiras do tesouro	480.820	480.789	674.181	674.211	-	29.074	451.746
Letras do tesouro nacional	1.075.550	1.062.509	538.886	540.469	-	571.923	503.627
Notas do tesouro nacional	486.518	479.062	1.029.906	1.038.994	-	163.683	250.450
TDA e créditos securitizados	30.302	30.302	39.118	39.118	-	14.545	15.757
Créditos bancários - CDB/CCB	77.812	78.107	69.858	69.786	-	9.508	68.304
Letras financeiras	13.368	13.375	-	-	-	-	11.363
Outros valores	81.877	83.738	81.565	81.264	19.596	1.168	52.528
Total	2.467.344	2.448.979	2.648.470	2.658.798	240.693	789.901	1.353.775
Disponível para venda							
Ações	56.889	61.699	109.810	94.377	56.889	-	-
Letras do tesouro nacional	160.790	153.151	15.853	15.964	-	-	160.790
Notas do tesouro nacional	1.137.350	1.091.418	1.053.728	1.038.719	-	-	471.673
Total	1.355.029	1.306.268	1.179.391	1.149.060	56.889	-	632.463
Mantidos até o vencimento							
Créditos bancários - CDB/CCB	119.401	119.309	84.026	84.231	-	36.819	82.490
Letras financeiras	10.026	10.026	-	-	-	-	10.026
Total	129.427	129.335	84.026	84.231	-	36.819	92.516
Total em 31/12/2011	3.951.708						
Total em 31/12/2010	3.912.092						

5.2. Estimativa do valor justo

a. Abertura por nível

A tabela abaixo apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como se segue:

- Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo.
- Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 - títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

Descrição	31/12/2011			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Títulos disponíveis para venda	1.355.029	-	-	1.355.029
Títulos a valor justo através do resultado (para negociação)	2.382.150	85.194	-	2.467.344
Títulos mantidos até o vencimento	-	10.026	119.401	129.427
Total	3.747.205	204.595	-	3.951.800

Descrição	31/12/2010			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Títulos disponíveis para venda	1.179.391	-	-	1.179.391
Títulos a valor justo através do resultado (para negociação)	2.568.655	78.658	1.157	2.648.470
Títulos mantidos até o vencimento	-	84.026	-	84.026
Total	3.748.046	162.684	1.157	3.911.887

5.3. Instrumentos financeiros derivativos

A política de utilização de instrumentos derivativos, contratados através dos fundos de investimentos exclusivos, visa à proteção dos ativos contra os riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros e observando-se os limites estabelecidos na regulamentação vigente. As operações objetivam a compensação de eventuais perdas que podem ser geradas por títulos públicos com juros prefixados em cenário de alta de juros.

A estratégia de gerenciamento dos riscos, num cenário de alta dos juros, está baseada na transformação de taxas prefixadas em taxas pós-fixadas. Com essa finalidade, são realizadas operações de compra de contratos de DI no mercado futuro.

O risco associado a essa estratégia se limita ao risco de crédito da contraparte, mitigado por depósito de margens em garantia, junto à da BM&FBovespa pelos detentores das posições em derivativos.

O controle das posições em derivativos é feito pelo custodiante e, internamente, pelo officer de risco, não subordinado diretamente à gestão de ativos, garantindo-se a independência no acompanhamento dos riscos.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos são apurados de acordo com a cotação de mercado e estão reconhecidas nas demonstrações financeiras intermediárias conforme quadros abaixo:

	Vencimento				
	31/12/2011	31/12/2010	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos	Acima de 05 anos
DI - Compromissos/Compra					
Valor de referência	907.736	855.142	449.384	419.906	38.446
Valor justo	907.736	855.142	449.384	419.906	38.446
Resultado acumulado	(10.668)	16.329	(1.895)	(5.978)	-
Posição ativa (swap) - Taxas/Compra					
Valor de referência	13.025	128.000	-	-	13.025
Valor justo	13.296	141.798	-	-	13.296
Resultado acumulado	51	1.605	-	-	51
Posição passiva (swap) - Taxas/Venda					
Valor de referência	-	128.000	-	-	-
Valor justo	-	143.949	-	-	-
Resultado acumulado	-	(3.755)	-	-	-
Posição passiva (swap) - Taxas/Compra					
Valor de referência	13.025	-	-	-	13.025
Valor justo	13.293	-	-	-	13.293
Resultado acumulado	(48)	-	-	-	(48)

A seguir apresentamos quadro com a exposição em derivativos:

Descrição/Tipo	31/12/2011			
	Risco	Provável	Possível	Remoto
Futuro de DI - Compromissos/Compra	Alta de Juros	(16.726)	(73.276)	(116.222)
Posição ativa (swap) - Índice	Varição da Inflação	(3.777)	(2.388)	(3.877)
Posição passiva (swap) - Taxas/Venda	Varição de Juros	(6.816)	(5.834)	(4.768)

5.4. Análise de sensibilidade

5.4.1. Carteira de ativos

Os investimentos da Companhia possui ativos classificados para vencimento (HTM), disponível para venda (AFS) e negociação (MTM).

O método utilizado para a análise de sensibilidade dos ativos da Companhia é o de Stress Testing, o qual é feito apenas para as classificações AFS e MTM. Nos exercícios de estresse diário, são calculados os resultados do VaR das carteiras utilizando-se diferentes cenários de estresse divulgados pela BM&FBovespa.

Dentre os cenários da BM&FBovespa, são utilizados:

- 3 cenários de alta da estrutura a termo de taxas de juros - Taxa prefixada
- 3 cenários de baixa da estrutura a termo de taxas de juros - Taxa prefixada
- 1 cenário de alta da estrutura a termo de taxas de juros - Cupom cambial de dólar
- 1 cenário de baixa da estrutura a termo de taxas de juros - Cupom cambial de dólar

Além disso, são calculados os impactos nas carteiras baseados em mais três cenários gerados seguindo as instruções da Gerência de Investimentos. Estes cenários contemplam variações no câmbio; índice Bovespa; curva de inflação e curva de juros.

5.4.2. Carteira de derivativos

A carteira de investimentos da Companhia é composta pelas seguintes operações de derivativos: i) contratos futuros de taxa de juros; ii) swap.

Nos contratos de taxa de juros, as partes envolvidas no negócio se comprometem a comprar ou vender certa quantidade de um ativo por um preço estipulado para a liquidação em data futura. Os compromissos são ajustados diariamente às expectativas do mercado referentes ao preço futuro daquele bem, por meio do ajuste diário, mecanismo que apura perdas e ganhos.

O contrato de swap constitui um acordo, entre duas partes, que estabelecem a troca de fluxo de caixa tendo como base a comparação da rentabilidade entre dois bens. A análise de sensibilidade foi baseada em três cenários, "provável", "possível" e "remoto", os quais avaliam os impactos sobre as posições da carteira em derivativos. O cenário "provável" foi elaborado a partir da série histórica de dados dos derivativos, enquanto o "possível" e o "remoto" foram obtidos com uma proporção de 25% e 50% de perda, respectivamente.

As operações de contrato de taxa de juros são utilizadas para mitigação do risco de mercado atrelado aos ativos prefixados existentes na carteira. Segundo explicitado no quadro, o risco a que essa modalidade de derivativo está exposta refere-se às variações na taxa de juros, mais especificamente uma queda na taxa de juros, que implica uma perda em cada vencimento de DI.

Quanto ao swap, a carteira de investimentos possui somente a modalidade CDI x IGP-M. O intuito original da operação era neutralizar a exposição ao IGP-M, diante de uma variação desfavorável do indexador em 2009, tendo sido invertida a operação em 2010. A posição atual de swap é nula, inexistindo esse risco.

Resaltamos que as perdas incorridas numa possível desvalorização dos derivativos são compensadas por ganhos nas posições dos ativos.

6. Créditos das operações

6.1. Prêmios a receber

6.1.1. Composição de prêmios a receber e provisão para risco de crédito por ramo

Ramo	31/12/2011		31/12/2010		Prêmios a receber líquido	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber líquido	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber líquido	Provisão para risco de crédito
	Prêmios a receber	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber	Provisão para risco de crédito						
Vida em Grupo	12.271	(148)	12.123	5.604	(118)	5.486	-	-	-	-
Habitacional - prestamista	42.289	(2)	42.287	-	-	-	(1)	149.389	4.239	-
Habitacional fora do SFH	93.375	(1)	93.374	149.389	-	-	-	-	264	-
Riscos de engenharia	14.247	(1.768)	12.479	4.905	(666)	4.239	-	-	-	-
Acidentes pessoais	814	(782)	32	873	(609)	264	-	-	-	-
Automóvel	23.033	(254)	22.779	35.760	(163)	35.597	-	-	-	-
Compreensivo residencial	7.341	556	7.897	7.663	(342)	7.321	-	-	-	-
Compreensivo empresarial	4.474	(2.363)	2.111	4.596	(168)	4.428	-	-	-	-
Demais ramos	70.974	(5.901)	65.073	15.482	(409)	15.073	-	-	-	-
Total	268.818	(10.663)	258.155	224.272	(2.476)	221.796				

6.1.2. Movimentação da provisão para risco de crédito

	31/12/2011	31/12/2010
No início do período	(2.476)	-
Constituições	48.792	-
Baixas e cancelamentos	(56.979)	-
No final do período	(10.663)	-

6.1.3. Faixas de vencimento

Prêmio a vencer	31/12/2011		31/12/2010	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
De 1 a 30 dias	134.501	166.717	-	-
De 31 a 60 dias	10.050	14.160	-	-
De 61 a 120 dias	11.904	16.909	-	-
De 121 a 180 dias	522	7.139	-	-
De 181 a 365 dias	24.658	12.385	-	-
Superior a 365 dias	6.903	365	-	-
Prêmios vencidos				
De 1 a 30 dias	62.734	2.128	-	-
De 31 a 60 dias	584	595	-	-
De 61 a 120 dias	6.211	1.155	-	-
De 121 a 180 dias	464	846	-	-
De 181 a 365 dias	784	797	-	-
Superior a 365 dias	2.886	878	-	-
Total	268.818	224.272		

A Companhia opera com prêmio parcelado exclusivamente nos produtos de riscos diversos, sendo que o prazo médio de parcelamento em 31 de dezembro de 2011 era de 4,5 meses.

6.2. Outros créditos operacionais

São representados substancialmente por créditos junto ao Fundo de Equalização de sinistralidade das apólices de seguro habitacional (FESA). O saldo em 31 de dezembro de 2011, era de R\$ 86.128 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 26.584).

7. Títulos e créditos a receber

7.1. Composição de títulos e créditos a receber

	31/12/2011	31/12/2010
FESA (i)	214.558	115.938
Dividendos a receber (ii)	-	83.749
Outros títulos e créditos a receber	18.070	7.481
Total	232.628	207.168

(i) Fundo de equalização de sinistralidade das apólices de seguro habitacional

(ii) Controladas cindidas conforme Nota 25

7.2. Créditos tributários

A composição dos créditos tributários, expectativa efetiva de realização e a movimentação dos créditos tributários decorrentes de adições temporárias podem ser resumidas como segue:

7.2.1. Composição

	31/12/2011		31/12/2010	
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Outros Tributos	Total
Antecipações	24.254	88.472	-	112.726
A compensar	608	5.312	1.535	7.455
Adições temporárias	20.400	34.000	152.896	299.034
Total	45.262	91.738	127.784	153.896

	31/12/2011		31/12/2010	
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Outros Tributos	Total
Antecipações	20.327	74.725	-	95.052
A compensar	522	4.738	1.372	6.632
Adições temporárias	18.028	30.046	110.721	225.227
Total	38.877	66.432	109.509	110.721

O registro dos créditos tributários em curto e longo prazo seguiu a respectiva classificação contábil que originou o crédito.

7.2.2. Expectativa de efetiva realização

Ano de Realização	Diferenças Temporárias		A Compensar		Antecipações		Total
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
2012	52.245	17%	7.455	100%	112.726	100%	172.426
2013	23.156	8%	-	0%	0	0%	23.156
2014	23.436	8%	-	0%	0	0%	23.436
2015	165.193	55%	-	0%	0	0%	165.193
2016	26.907	9%	-	0%	0	0%	26.907
2017 a 2019	8.097	3%	-	0%	0	0%	8.097
2020 a 2023	-	0%	-	0%	0	0%	-
Total	299.034	100%	7.455	100%	112.726	100%	419.215

7.2.3. Movimentação dos créditos tributários sobre adições temporárias

||
||
||



Relatório da Administração - Exercício de 2011

Este resultado foi fruto da diversificação de produtos, principalmente os focados em públicos específicos, empresariais, aposentados e servidores públicos. Esta estratégia de segmentação deverá ser mantida para o exercício de 2012, tendo como base os princípios éticos e a preocupação com a responsabilidade socioambiental.

Conforme estabelecido no Estatuto Social, os acionistas da Companhia terão assegurados - a títulos de dividendos - a distribuição de pelo menos 25% dos resultados obtidos no período. Diante da atual capacidade financeira, os títulos classificados na categoria "até o vencimento", conforme Circular SUSEP nº 379/08, serão mantidos até o vencimento.

Partes Relacionadas - Auditores Externos

Com o objetivo de atender à Instrução CVM nº 381, informamos que a empresa de auditoria PRICE WATERHOUSE COOPERS Auditores Independentes não prestou serviços não relacionados à auditoria externa em patamares superiores a 5% do total de honorários de auditoria externa ao longo do exercício de 2011.

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa fundamenta-se nos princípios que preservam a independência dos auditores independentes. Ela consiste, de acordo com os princípios internacionalmente aceitos, em:

- a) o auditor não deve auditar o próprio trabalho;
b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no cliente; e
c) o auditor não deve promover os interesses do cliente.

Considerações Finais e Agradecimentos

A CAIXA CAPITALIZAÇÃO S.A. agradece o apoio e a confiança dos acionistas - representados pela Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda., Sul América Capitalização S.A. Sulacap e Latu Capitalização S.A., do Conselho de Administração, do Conselho Consultivo Financeiro, do Conselho Fiscal e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Em especial, agradece aos clientes pela confiança depositada em nossos produtos e serviços. Nosso compromisso, hoje e sempre, é construir uma relação ética e duradoura com nossos clientes.

Por fim, a CAIXA CAPITALIZAÇÃO S.A. reconhece o esforço eficaz e o profissionalismo do seu corpo funcional e da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. O apoio e a dedicação mais uma vez demonstrados por todos são fatores fundamentais para consolidar as conquistas obtidas e enfrentar, com competência e dinamismo, nossos desafios.

Brasília, 15 de fevereiro de 2012

A Diretoria

Balanco Patrimonial exercicios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	NOTA	31/12/2011	31/12/2010		NOTA	31/12/2011	31/12/2010
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ATIVO CIRCULANTE		1.723.088	1.733.685	PASSIVO CIRCULANTE		2.382.981	2.222.356
Disponível		346	970	Contas a pagar	8	132.235	118.007
Aplicações	5	1.673.961	1.698.741	Obrigações a pagar	8.1	36.321	36.871
Crédito das operações de capitalização		—	2.085	Impostos e encargos sociais a recolher		487	441
Crédito das operações de capitalização		—	2.085	Encargos trabalhistas	8.2	520	458
Títulos e créditos a receber		48.572	30.690	Impostos e contribuições	8.3	78.770	77.525
Títulos e créditos a receber	6.1	13.013	2.296	Outras contas a pagar		16.137	2.212
Créditos tributários e previdenciários	6.2	35.472	28.320	Débitos de operações com capitalização		7.153	3.258
Outros créditos		87	74	Débitos operacionais		4.539	4.363
Outros valores e bens		—	—	Outros débitos operacionais		2.614	992
Outros valores		5	—	Depósitos de terceiros	9	3.804	1.766
Despesas antecipadas		204	1.199	Provisões técnicas - capitalização	7	2.239.789	2.097.228
ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.122.352	900.485	Provisão para resgates		2.171.645	2.037.075
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.119.800	898.133	Provisão para sorteio		50.541	53.878
Aplicações	5	1.007.021	815.809	Outras provisões		17.603	6.275
Títulos e créditos a receber		112.779	82.324	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		118.274	81.051
Créditos tributários e previdenciários	6.2	20.056	15.349	Contas a pagar	8	14.837	3.099
Depósitos judiciais e fiscais	10	92.723	66.975	Tributos diferidos	8.4	14.837	3.099
Investimentos		4	4	Outros débitos		103.437	77.952
Outros investimentos		4	4	Provisões judiciais	10	103.437	77.952
Imobilizado		699	2.101	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11	244.185	330.763
Bens móveis		1.849	247	Capital social		150.000	150.000
Intangível		1.849	247	Reservas de lucros		174.348	176.651
Outros intangíveis		1.849	247	Ajustes com títulos e valores mobiliários		19.837	4.112
TOTAL DO ATIVO		2.845.440	2.634.170	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.845.440	2.634.170

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Descrição	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes TVM	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	150.000	163.567	(431)	—	313.136
Títulos e valores mobiliários	—	—	4.543	—	4.543
Dividendos complementares: AGOE de 29/03/2010	—	(83.537)	—	—	(83.537)
Resultado Líquido do Período	—	—	—	128.828	128.828
Reserva de lucros a realizar	—	96.621	—	(96.621)	—
Dividendos (R\$ 4.025,89 por lote de mil ações)	—	—	—	(32.207)	(32.207)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	150.000	176.651	4.112	—	330.763
Dividendos complementares: AGOE de 31/03/2011	—	(96.621)	—	—	(96.621)
Títulos e valores mobiliários	—	—	15.725	—	15.725
Resultado Líquido do Período	—	—	—	125.757	125.757
Reserva de lucros a realizar	—	94.318	—	(94.318)	—
Dividendos (R\$ 3.929,89 por lote de mil ações)	—	—	—	(31.439)	(31.439)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	150.000	174.348	19.837	—	344.185

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional e informações gerais

A Caixa Capitalização S.A., sediada em Brasília - DF, doravante referida também como "Companhia", é controlada pela Caixa Seguros Participações Securitárias LTDA. E tem por objeto social atuar no segmento de capitalização. A Companhia iniciou suas operações em julho de 1997 e mantém atualmente a seguinte estrutura societária:

- IDEAL CAP, IDEAL CAP Empresarial, IDEAL CAP Aposentadoria, IDEAL CAP Servidor Público, CaixaCap Fortuna e CaixaCap Sucesso (na rede de agências da Caixa Econômica Federal).
- SuperXcap - versão II (na rede de agentes lotéricos).
- E Gol (na rede de agentes lotéricos).

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela SUSEP, conforme estabelecido pelas Circulares SUSEP nº 379/2008, 424/2011 e 426/2011. A Companhia não identificou diferenças em relação às práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, que requerem ajustes contábeis nas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2010, apresentadas para fins de comparação, ou nos saldos na data de transição, em 01 de janeiro de 2010.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 15 de fevereiro de 2012.

2.2 Base de transição para o novo BR GAAP

A Companhia aplicou os CPC 37 e 43 na preparação dessas demonstrações financeiras individuais. A data de transição é 01 de janeiro de 2010. A Companhia preparou seu balanço patrimonial de abertura segundo os CPC nessa data.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva.

2.2.1 Isenções opcionais que não se aplicam à Companhia

- Valor justo como custo atribuído - a Companhia não aplicou, por determinação da SUSEP, esta isenção e, portanto, não mensurou itens do imobilizado pelo valor justo em 01 de janeiro de 2010;
- ajuste acumulado de conversão - a Companhia não possui ajuste acumulado de conversão na data de transição e, portanto, não aplicou esta isenção;
- benefício a empregados - a Companhia não possui ganhos e perdas atuariais passados cumulativos em 01 de janeiro de 2010 e, portanto, não aplicou esta isenção;
- o pagamento baseado em ações e a contabilização dos arrendamentos mercantis, uma vez que as práticas contábeis brasileiras e as IFRS já se encontram alinhadas com relação a essas transações para 2010;
- instrumentos financeiros compostos - a Companhia não tem saldo em aberto relacionado a esse tipo de instrumento financeiro na data de transição;
- reversão de ativos e passivos financeiros; ou
- ativos financeiros ou ativos intangíveis contabilizados de acordo a IFRIC 12, já que a Companhia não tem contratos firmados sob o escopo desta norma.

2.2.2 Exceções da aplicação retrospectiva seguidas pela Companhia

As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais em 01 de janeiro de 2010 e em 31 de dezembro de 2010 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo").

As outras exceções obrigatórias não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação ao BR GAAP antigo nessas áreas:

- Reversão de ativos e passivos financeiros;
- Participação de não controladores;
- Contabilização de hedge.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Foram considerados, para fins de preparação da Demonstração de Fluxo de Caixa, os saldos de caixa e bancos.

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação e reconhecimento

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado (para negociação), empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado (para negociação), disponíveis para venda e mantidos até o vencimento

Os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento" são valorizados pelo valor investido acrescido dos rendimentos incorridos até a data-base do balanço. Os títulos sujeitos à negociação antes de seu vencimento têm o seu valor contábil ajustado ao valor de mercado, sendo que os ajustes ao valor de mercado são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa no resultado do exercício.

Os títulos classificados como "para negociação" ou em conta específica do patrimônio líquido (títulos classificados como "disponível para venda"), líquido dos efeitos tributários. Os títulos que compõem a carteira dos fundos de investimento exclusivos, em consonância com o que dispõe a regulamentação, são classificados segundo instruções emitidas pela Companhia para o administrador do fundo, nas categorias "para negociação" ou "mantidos até o vencimento". Os ativos dos fundos de investimento abertos são ajustados ao valor de mercado. Eventuais perdas pontuais consideradas não temporárias são refletidas no resultado através da constituição de provisão para perdas.

Os títulos classificados como "para negociação" são apresentados no ativo circulante, independentemente de seu vencimento. Os títulos classificados como "mantidos até o vencimento" e "disponíveis para venda" são apresentados no ativo circulante e realizável a longo prazo de acordo com seu vencimento.

2.5.2 Impairment e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por crédito das operações de capitalização. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado e são avaliados para impairment (recuperação) a cada data de balanço.

2.5.3 Mensuração

O valor de mercado dos títulos é determinado com base nas seguintes fontes:

- Títulos públicos: com base no "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.
- Depósitos a prazo com garantia especial: valor de curva da aplicação, até o vencimento, por contar com garantia do Fundo Garantidor de Crédito - FGC, até o limite de R\$ 20 milhões e prazo de cinco anos. Cada aplicação tem registro específico junto à CETIP, com código apropriado e cópia do contrato da operação arquivado em meio eletrônico naquela clearing. A máxima perda esperada, em caso de "default" da instituição emissora, é três dias úteis (ou dias de "overnight") até o reembolso da aplicação pelo FGC.
- Títulos da dívida agrária: não é calculado valor de mercado tendo em vista a impossibilidade de homogeneizar os resultados das transações desses títulos diante da sua baixa liquidez e, ainda, pela diversidade de datas de vencimento dos papéis, sendo usado para esse fim o valor de curva dos papéis, através de precificação segundo a taxa de aquisição.
- D. créditos securitizados: não é calculado valor de mercado em função das peculiaridades da carteira, sendo usado para esse fim o valor de curva dos papéis, cuja precificação é dada pela expectativa do reembolso das operações de créditos realizados segundo as taxas de juros contratadas com os emissores dessas obrigações.

Os títulos classificados em depósitos bancários e cédula de certificado bancário: com base em modelo de precificação desenvolvido pelo custodiante, que considera fatores de risco incluindo o risco de crédito do emissor.

2.5.4 Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, dia-a-dia, segundo o valor de ajuste divulgado pela BMF&Bovespa, sempre em contrapartida a um ativo, com mesmo vencimento e, no limite, até o valor da posição do respectivo ativo. Somente são detidas posições, em derivativos, contrárias aos ativos, isto é, não existem posições em derivativos sem o seu correspondente ativo-base.

2.6 Impairment

2.6.1 Impairment de ativos financeiros

a. Ativos negociados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável pela Administração.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emiteutor ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

b. Ativos classificados como disponível para venda

No caso de investimentos em instrumentos de capital, é analisado se existe uma queda acentuada e/ou constante no valor de mercado do ativo em relação ao seu valor de aquisição, de acordo com parâmetros estabelecidos pela Administração. Em caso positivo, a perda esperada é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado do período. Os valores reconhecidos como perda de instrumentos de capital não são revertidos em períodos subsequentes.

Para os instrumentos de dívida, é analisado se existe um risco de default do emissor. Em caso positivo a perda esperada é registrada no resultado do período, podendo esta ser revertida, caso seja verificado um aumento no valor do ativo e que esse fato possa ser relacionado a eventos posteriores ao reconhecimento da perda.

2.6.2 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos, substancialmente compostos pelos gastos com software, que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida, quando aplicável, pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação das demonstrações financeiras.

2.7 Provisões técnicas

As Provisões Técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos na Resolução CNSP nº 162/06 e suas alterações, e nos termos da Resolução CNSP nº 135/05, devem ser atualizadas, anualmente, avaliações atuariais das carteiras com o objetivo de se atestar a adequação das provisões.

A Provisão Matemática para Resgates é constituída por um percentual aplicado sobre os valores recebidos dos subscritores, conforme estabelecido nas respectivas notas técnicas de cada produto e nas condições gerais transcritas nas propostas, sendo atualizada mensalmente pela Taxa de Remuneração Básica aplicada às cadernetas de poupança e capitalizada às taxas de 0,29% a.m. para o produto SuperXCap versão II e de 0,5% a.m. para os demais produtos, nas datas de aniversário dos respectivos títulos. Atendendo a orientação da SUSEP, a realização da Provisão Matemática para Sorteios a Realizar, para os planos de pagamento único, é contabilizada pela decorrência do risco.

A Provisão para Resgates é subdividida em Provisão de Resgates Antecipados e Provisão de Resgates Vencidos e contempla as transferências da Provisão Matemática para Resgates em função de solicitações de resgates, cancelamentos de títulos por falta de pagamento, títulos vencidos, óbitos e outros.

A Provisão para Sorteios a Realizar é constituída segundo percentual definido em Nota Técnica para cada plano. Nos planos do tipo Pagamento Único essa Provisão é calculada pelo método de "risco" com remuneração de 0,5% de juros ao mês.

A Provisão de Sorteios a Pagar é constituída para todos os títulos já sorteados e ainda não pagos cujo gerador é a efetiva realização do sorteio.

A Companhia constitui a Provisão de Contingência conforme metodologia apresentada em nota técnica atuarial. A metodologia básica do cálculo dessa provisão é a de verificação de qual a provisão necessária para que os sorteios volúmosos capazes de "virar" a provisão de sorteios a realizar tenham baixíssima probabilidade de ocorrer (nível abaixo de 1%). Para essa funcionalidade, utilizamos o método de excedentes de Gumbel.

Conforme disposto em nota técnica atuarial, para a constituição da Provisão Administrativa verificamos a necessidade, ou não, analisando a hipótese da Companhia encerrar as suas atividades de comercialização, permanecendo com as atividades de administração dos contratos em estoque de sua carteira até o término de todos os contratos.

2.7.1 Tábuas

O quadro abaixo apresentamos o conjunto das tábuas, taxas de carregamento e taxa de juros dos principais produtos comercializados pela Companhia:

Produto	Tábua	Taxas de Carregamento	Taxas de Juros
CaixaCap Sonho Azul	Pagamento Mensal	1º ao 3º pagamentos: 84,28% 4º ao 10º pagamentos: 24,28% 11º ao 60º pagamentos: 8,65%	6%
SuperXcap	Pagamento Mensal	1º pagamento: 83,83% 2º ao 3º pagamentos: 85,38% 4º ao 13º pagamentos: 25,38% 14º ao 60º pagamentos: 0,27%	6%
CaixaCap Fortuna	Pagamento Único	5,54%	6%
E Gol	Pagamento Único	40,68%	1%
CaixaCap Sucesso	Pagamento Único	12,07%	6%
2.8 Ativos e passivos circulares e não circulares			
Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e provisão para perdas, quando aplicável. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.			
2.9 Outras provisões, ativos e passivos contingentes			
A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento decorrente, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.			
A Companhia constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações a pagar (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC).			
2.10 Imobilizado e intangível			
O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia são: i) móveis, máquinas e demais equipamentos - 10% a.a.; ii) equipamentos de informática e veículos - 20% a.a. O intangível refere-se a gastos em desenvolvimento de sistemas informatizados, a serem amortizados a partir da data de sua utilização. A taxa de amortização utilizada pelo grupo é de 20% a.a.			
2.11 Apuração do resultado			
As receitas decorrentes da venda de títulos de capitalização e os respectivos custos apropriados por meio da constituição de provisões técnicas são registrados no resultado da Companhia quando do efetivo recebimento.			
As participações nos lucros devidas aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.			
2.12 Provisão para imposto de renda e contribuição social			
A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240, que inclui as futuras opções para aplicações em incentivos fiscais. A contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 15%, conforme Lei 11.727/2008. O imposto de renda e a contribuição social diferidas foram constituídos com base nas alíquotas vigentes, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros. As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante, de forma redutora das provisões constituídas.			
3. Estimativas e julgamentos contábeis			
As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados			



* continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Composição dos ativos	31/12/2011			31/12/2010		
	BB+	Sem Rating	Total	BB+	Sem Rating	Total
Caixa e equivalente de caixa	–	346	346	–	970	970
Valor justo por meio do resultado	350.857	47.291	398.148	258.835	44.034	302.869
Fundos	63.858	44.065	44.065	1.147	–	1.147
Letras financeiras do tesouro	187.055	–	187.055	8.406	–	8.406
Letras do tesouro nacional	99.944	–	99.944	249.282	–	249.282
Outros	–	–	–	2.295	–	2.295
Disponíveis para venda	921.715	–	921.715	749.093	–	749.093
Letras do tesouro nacional	100.382	–	100.382	39.632	–	39.632
Notas do tesouro nacional	821.333	–	821.333	709.461	–	709.461
Outros valores	3.226	–	3.226	1.397.053	–	1.397.053
Mantidos até o vencimento	1.331.930	81.496	1.413.426	1.427.987	63.211	1.491.198
Notas do tesouro nacional	–	–	–	–	–	–
CDB/CCB	–	–	–	1.397.053	–	1.397.053
Títulos da dívida externa	–	81.496	81.496	–	63.211	63.211
Outros	1.331.930	–	1.331.930	30.934	–	30.934
Crédito das operações de capitalização	–	–	–	–	2.085	2.085
Títulos e créditos a receber	–	13.013	13.013	–	2.296	2.296
Exposição máxima	2.604.502	142.146	2.746.648	2.435.915	112.596	2.548.511

5. Instrumentos financeiros

5.1 Resumo da classificação das aplicações

A tabela abaixo apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como se segue:

Títulos para Negociação	31/12/2011		31/12/2010	
	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado
Fundos de investimento	44.065	44.065	41.739	41.739
Letras financeiras do tesouro	63.858	63.846	1.147	1.147
Letras do tesouro nacional	187.055	186.966	8.406	8.406
Notas do tesouro nacional	99.944	93.313	249.281	245.229
Outros valores	3.226	3.226	2.318	2.318
Total	398.148	391.420	302.869	298.840
Disponível para venda	100.382	96.451	39.632	39.627
Letras do tesouro nacional	100.382	96.451	39.632	39.627
Notas do tesouro nacional	821.333	790.589	709.461	702.255
Total	921.715	887.040	749.093	741.882
Mantidos até o vencimento	–	–	29.988	29.986
Letras do tesouro nacional	–	–	29.988	29.986
Notas do tesouro nacional	1.331.201	1.278.851	1.397.053	1.368.250
TDA e créditos securitizados	729	729	946	207
Créditos bancários - CDB/CCB	81.496	81.496	63.406	63.406
Total	1.413.426	1.361.119	1.491.198	1.462.588
Total em 31/12/2011	2.680.982	2.248.559	2.248.559	2.248.559
Total em 31/12/2010	2.514.550	2.248.559	2.248.559	2.248.559

5.2 Estimativa do valor justo

A tabela abaixo apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como se segue:

Descrição	31/12/2011		31/12/2010	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Títulos disponíveis para venda	921.715	–	921.715	–
Títulos a valor justo através do resultado (para negociação)	394.380	3.768	398.148	–
Títulos mantidos até o vencimento	1.331.201	82.225	1.413.426	–
Total	2.647.296	85.993	2.733.289	–
Descrição	Nível 1	Nível 2	Total	Total
Títulos disponíveis para venda	749.093	–	749.093	749.093
Títulos a valor justo através do resultado (para negociação)	299.559	3.311	302.869	302.869
Títulos mantidos até o vencimento	1.427.041	64.157	1.491.198	1.491.198
Total	2.475.692	67.468	2.543.160	2.543.160

5.3 Instrumentos financeiros derivativos

A política de utilização de instrumentos financeiros derivativos, contratados através dos fundos de investimentos exclusivos, visa à proteção dos ativos contra os riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros e observando-se os limites estabelecidos na regulamentação vigente. As operações objetivam a compensação de eventuais perdas que podem ser geradas por títulos públicos com juros prefixados em cenário de alta de juros.

A estratégia de gerenciamento dos riscos, num cenário de alta dos juros, está baseada na transformação de taxas prefixadas em taxas pós-fixadas. Com essa finalidade, são realizadas operações de compra de contratos de DI no mercado futuro.

O risco associado a essa estratégia se limita ao risco de crédito da contraparte, mitigado por depósito de margens em garantia, junto à BMF&Bovespa pelos detentores das posições em derivativos.

O controle das posições em derivativos é feito pelo custodiante e, internamente, pelo officer de risco, não subordinado diretamente à gestão de ativos, garantindo-se a independência no acompanhamento dos riscos.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos são apurados de acordo com a cotação de mercado e estão reconhecidas nas demonstrações financeiras conforme quadros abaixo:

Futuro de DI - Compromissos/Compra	31/12/2011		31/12/2010	
	31/12/2011	31/12/2010	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos
Valor de referência	99.641	181.754	9.524	90.117
Valor justo	99.641	181.754	9.524	90.117
Resultado acumulado	(1.332)	3.594	(49)	(1.283)
As perdas incorridas nas operações acima foram compensadas por ganhos no ativo-base de mesmo vencimento	–	–	–	–

5.4 Análise de sensibilidade

O método utilizado para a análise de sensibilidade dos ativos da Companhia é o de Stress Testing, o qual é feito apenas para as classificações em disponível para venda (AFS) e valor justo através do resultado (MtM).

Nos exercícios de estresse diário, são calculados os resultados do VaR das carteiras da empresa utilizando-se diferentes cenários de estresse divulgados pela BMF&Bovespa.

Dentre os cenários da BMF&Bovespa, são utilizados:

• 3 cenários de alta da estrutura a termo de taxas de juro - Taxa prefixada

• 3 cenários de baixa da estrutura a termo de taxas de juro - Taxa prefixada

• 1 cenário de alta da estrutura a termo de taxas de juro - Cupom cambial de dólar

• 1 cenário de baixa da estrutura a termo de taxas de juro - Cupom cambial de dólar

Além disso, são calculados os impactos nas carteiras baseadas em mais três cenários gerados segundo as instruções da Gerência de Investimentos. Estes cenários contemplam variações no câmbio; índice Bovespa; curva de inflação e curva de juros.

5.4.2 Carteira de derivativos

A carteira de investimentos da Caixa Capitalização possui somente operações de derivativos na modalidade contratos futuros de taxa de juros.

7. Provisões técnicas

7.1 Abertura e movimentação das provisões técnicas

Prov. Mat. para resgates	Prov. para resgates a pagar	Total das prov. para resgates	Prov. Mat. para sorteios	Prov. para sorteios a pagar	Total das Prov. para sorteios	Outras Provisões	31/12/2011		31/12/2010	
							31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Saldo em 31/12/2010	1.697.049	340.026	2.037.075	46.687	7.190	53.878	6.275			
Constituição de provisão	966.568	–	966.568	69.574	69.939	138.967	88.756			
Cancelamento de títulos-reversão provisão	(65.059)	–	(65.059)	(75.488)	–	(75.488)	(77.428)			
Encargos financeiros sobre provisões	123.521	8.692	132.212	2.133	122	2.255	–			
Solicitações de resgates antecipados	(372.752)	369.749	(3.003)	–	–	–	–			
Prescrição de títulos	–	(7.908)	(7.908)	–	–	–	–			
Vencimento de títulos	(537.301)	556.373	19.071	–	–	–	–			
Reativação de títulos	555	(11.723)	(11.168)	–	–	–	–			
Reversa de títulos	–	(72.588)	(72.588)	–	–	–	–			
Pagamentos efetuados	–	(823.555)	(823.555)	–	(69.071)	(69.071)	–			
Saldo em 31/12/2011	1.812.581	359.066	2.171.645	42.906	7.634	50.541	17.603			

7.2 Garantia das provisões técnicas

Títulos da dívida pública

DPGE

Quotas de outros fundos financeiros

Total

8. Detalhamento dos principais grupos de contas a pagar

8.1 Obrigações a pagar

Referem-se basicamente aos dividendos provisionados no exercício, no montante de R\$ 31.439. (31 de dezembro de 2010 - R\$ 32.207).

8.2 Impostos e contribuições

Os impostos e contribuições são compostos substancialmente por IRPJ e CSLL a recolher.

8.3 Outras contas a pagar

São representados substancialmente por provisões para pagamentos de despesas com publicidade propaganda (R\$ 4.000) e despesas com utilização das instalações da Caixa Econômica Federal por utilização de balcão (R\$ 5.455).

8.4 Tributos diferidos

São representados pela provisão dos tributos incidentes sobre os ajustes de títulos e valores mobiliários, com a contrapartida contabilizada diretamente no patrimônio líquido. O saldo dessa rubrica em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 14.837 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 3.099).

9. Depósitos de terceiros

A composição da conta de depósitos de terceiros, por data de pendência, é a seguinte:

	31/12/2011		31/12/2010	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
De 1 a 30 dias	1.407	730	–	–
De 31 a 60 dias	163	70	–	–
De 61 a 120 dias	510	34	–	–
De 121 a 180 dias	192	36	–	–
De 181 a 365 dias	249	119	–	–
Acima de 365 dias	1.283	777	–	–
Total	3.804	1.766	–	–

Composição dos ativos	31/12/2011			31/12/2010		
	BB+	Sem Rating	Total	BB+	Sem Rating	Total
Caixa e equivalente de caixa	–	346	346	–	970	970
Valor justo por meio do resultado	350.857	47.291	398.148	258.835	44.034	302.869
Fundos	63.858	44.065	44.065	1.147	–	1.147
Letras financeiras do tesouro	187.055	–	187.055	8.406	–	8.406
Letras do tesouro nacional	99.944	–	99.944	249.282	–	249.282
Outros	–	–	–	2.295	–	2.295
Disponíveis para venda	921.715	–	921.715	749.093	–	749.093
Letras do tesouro nacional	100.382	–	100.382	39.632	–	39.632
Notas do tesouro nacional	821.333	–	821.333	709.461	–	709.461
Outros valores	3.226	–	3.226	1.397.053	–	1.397.053
Mantidos até o vencimento	1.331.930	81.496	1.413.426	1.427.987	63.211	1.491.198
Notas do tesouro nacional	–	–	–	–	–	–
CDB/CCB	–	–	–	1.397.053	–	1.397.053
Títulos da dívida externa	–	81.496	81.496	–	63.211	63.211
Outros	1.331.930	–	1.331.930	30.934	–	30.934
Crédito das operações de capitalização	–	–	–	–	2.085	2.085
Títulos e créditos a receber	–	13.013	13.013	–	2.296	2.296
Exposição máxima	2.604.502	142.146	2.746.648	2.435.915	112.596	2.548.511

Títulos para Negociação	31/12/2011		31/12/2010	
	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado
Fundos de investimento	44.065	44.065	41.739	41.739
Letras financeiras do tesouro	63.858	63.846	1.147	1.147
Letras do tesouro nacional	187.055	186.966	8.406	8.406
Notas do tesouro nacional	99.944	93.313	249.281	245.229
Outros valores	3.226	3.226	2.318	2.318
Total	398.148	391.420	302.869	298.840
Disponível para venda	100.382	96.451	39.632	39.627
Letras do tesouro nacional	100.382	96.451	39.632	39.627
Notas do tesouro nacional	821.333	790.589	709.461	702.255
Total	921.715	887.040	749.093	741.882
Mantidos até o vencimento	–	–	29.988	29.986
Letras do tesouro nacional	–	–	29.988	29.986
Notas do tesouro nacional	1.331.201	1.278.851	1.397.053	1.368.250
TDA e créditos securitizados	729	729	946	207
Créditos bancários - CDB/CCB	81.496	81.496	63.406	63.406
Total	1.413.426	1.361.119	1.491.198	1.462.588
Total em 31/12/2011	2.680.982	2.248.559	2.248.559	2.248.559
Total em 31/12/2010	2.514.550	2.248.559	2.248.559	2.248.559



Relatório da Administração - Exercício de 2011

Senhores Acionistas,

Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da CAIXA VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Em continuidade ao planejamento estratégico, a Administração realizou em dezembro uma reestruturação societária no Grupo Caixa Seguros, que resultou na transferência das ações da CAIXA VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., até então detidas pela Caixa Seguradora S.A. para a Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda. Esta reestruturação depende da homologação da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

A Companhia encerrou o exercício com lucro líquido de R\$ 167,2 milhões. Alta de 19,9%, se comparado aos R\$ 139,5 milhões registrados no ano anterior. A receita com contribuições e prêmios sobiu dos R\$ 3,3 bilhões acumulados ao longo de 2010, para os R\$ 3,7 bilhões no ano de 2011, representando uma evolução de 12,1%. A taxa de rentabilidade sobre o patrimônio líquido foi de 41,2%. Em função desse bom resultado, a CAIXA VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. se mantém entre as maiores empresas de previdência complementar abertas no País, com foco em produtos modernos e respeito aos ideais de responsabilidade social e ambiental. A principal estratégia do período foi a valorização dos produtos conjugados, que combinam a segurança da previdência com a proteção dos seguros de vida.

A CAIXA VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. registrou ao final do exercício de 2011 um patrimônio líquido de R\$ 346,6 bilhões. A redução em relação ao saldo de 2010 foi decorrente da distribuição complementar de dividendos aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em dezembro. É importante destacar que o estoque de reservas técnicas da Companhia ao final deste exercício, ultrapassou o importante patamar dos R\$ 16,2 bilhões. E este crescimento foi de 22,7% em relação aos R\$ 13,2 bilhões registrados em 2010.

Conforme estabelecido no Estatuto Social, os acionistas da Companhia terão assegurados a títulos de dividendos a distribuição de pelo menos 25% dos resultados obtidos no período.

Diante da atual capacidade financeira, os títulos classificados na categoria "até o vencimento", conforme Circular SUSEP nº 379/08 (e alterações subsequentes), serão mantidos até o vencimento.

Partes Relacionadas - Auditores Externos

Com o objetivo de atender à instrução CVM nº 381, informamos que a empresa de auditoria PRICE WATERHOUSE COOPERS Auditores Independentes não prestou serviços não relacionados à auditoria externa em patamares superiores a 5% do total de honorários de auditoria externa ao longo do exercício de 2011.

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa fundamenta-se nos princípios que preservam a independência dos auditores independentes. Ela consiste, de acordo com os princípios internacionalmente aceitos, em:

- o auditor não deve auditar o próprio trabalho;
- o auditor não deve exercer funções gerenciais no cliente; e
- o auditor não deve promover os interesses do cliente.

Considerações Finais e Agradecimentos

A CAIXA VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. agradece o apoio e a confiança dos acionistas e dos conselheiros. Em especial, agradece aos clientes pela confiança depositada em nossos produtos e serviços. Nosso compromisso, hoje e sempre, é garantir proteção no presente e qualidade de vida no futuro a cada família brasileira.

A Companhia reconhece, ainda, o esforço eficaz e o profissionalismo do seu corpo funcional e da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, bem como o apoio e a dedicação de nossos parceiros em outras instâncias sociais.

Brasília, 15 de fevereiro de 2012

A Diretoria

Balanco Patrimonial (Em milhares de reais)

	NOTA	31/12/2011	31/12/2010
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE		16.771.052	13.760.457
Disponível		17.201	11.254
Caixa e bancos		17.201	11.254
Aplicações	5.1	16.636.805	13.659.489
Créditos das operações com seguros e resseguros		1.843	132
Prêmios a receber		1.713	2
Outros créditos operacionais		130	130
Créditos das operações com previdência complementar		186	2
Valores a receber		186	2
Títulos e créditos a receber		114.690	89.244
Títulos e créditos a receber		13.885	19.336
Créditos tributários e previdenciários	6.2	100.499	69.765
Outros créditos		306	143
Outros valores e bens		11	-
Outros valores		11	-
Despesas antecipadas		316	336
ATIVO NÃO CIRCULANTE		207.559	111.013
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		187.508	94.715
Aplicações	5.1	95.872	41.774
Títulos e créditos a receber		91.636	52.941
Créditos tributários e previdenciários		14.044	10.305
Depósitos judiciais e fiscais	10	77.592	42.636
Imobilizado		905	461
Bens móveis		905	461
Intangível		19.146	15.837
Outros intangíveis		19.146	15.837
TOTAL DO ATIVO		16.978.611	13.871.470

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

	NOTA	31/12/2011	31/12/2010
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE		16.550.049	13.410.973
Contas a pagar	8	303.483	124.625
Obrigações a pagar		196.861	34.709
Impostos e encargos sociais a recolher	8	4.268	2.996
Encargos trabalhistas		407	432
Impostos e contribuições		100.319	85.351
Outras contas a pagar		1.628	1.137
Débitos de operações com seguros e resseguros		6.131	5.945
Corretores de seguros e resseguros		4.168	4.405
Outros débitos operacionais		1.963	1.540
Débitos de operações com previdência complementar		6.892	4.614
Contribuições a restituir		1.851	1.676
Outros débitos operacionais		5.041	2.938
Depósitos de terceiros	9	34.434	32.504
Provisões técnicas - seguros	7	12.568.342	10.040.765
Vida individual		1.172	-
Vida com cobertura de sobrevivência		12.567.170	10.040.765
Provisões técnicas - previdência complementar		3.630.767	3.202.520
Planos não bloqueados		473.513	419.707
PGBL/PRGP		3.157.254	2.782.813
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		81.919	55.092
Contas a pagar		1.987	-
Tributos diferidos		1.987	-
Outros débitos		79.932	55.092
Provisões judiciais	10	79.932	55.092
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11	346.643	405.405
Reservas de lucros		194.621	255.405
Ajustes com títulos e valores mobiliários		2.022	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.978.611	13.871.470

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Direto (Em milhares de reais)

	31/12/2011	31/12/2010
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de prêmios de seguro, contribuições de previdência	4.283.652	3.734.429
Pagamentos de sinistros, benefícios, resgates e comissões	(2.119.289)	(1.573.043)
Pagamentos de despesas com operações de seguros e resseguros	(23.779)	(23.874)
Pagamentos de despesas e obrigações	(21.168)	(17.809)
Pagamento de indenizações e despesas em processos judiciais	(2.913)	(410)
Constituição de depósitos judiciais	(35.193)	(255)
Resgates de depósitos judiciais	-	(54)
Pagamentos de participações nos resultados	(482)	(541)
Caixa líquido gerado nas operações	2.080.827	2.118.537
Impostos e contribuições pagos:		
Juros pagos	(594)	(6)
Investimentos financeiros:	(1.802.995)	(1.896.963)
Aplicações	(3.377.751)	(3.585.288)
Vendas e resgates	1.574.756	1.688.325
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	77.561	64.143
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela compra de ativo permanente:	(5.359)	(7.996)
Imobilizado	(13)	(150)
Intangível	(5.346)	(7.846)
Recebimento pela venda de ativo permanente:	24	24
Imobilizado	-	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(5.359)	(7.972)
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(66.255)	(56.923)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(66.255)	(56.923)
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de Caixa	5.947	(752)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	11.254	12.006
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	17.201	11.254

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado e Demonstração do Resultado Abrangente (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	NOTA	31/12/2011	31/12/2010
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
Rendas de contribuições e prêmios		3.714.215	3.312.433
Constituição da provisão de benefícios a conceder		(3.669.898)	(3.282.332)
Receitas de contribuições e prêmios de VGBL		44.317	30.101
Rendas com taxas de gestão e outras taxas		259.689	189.725
Variação de outros provisões técnicas		(3.312)	203
Benefícios retidos		(11.369)	(5.683)
Custos de aquisição	13	(12.624)	(14.488)
Outras receitas e despesas operacionais	13	(15.933)	(7.457)
Prêmios emitido líquido		7.780	-
Contribuições para cobertura de riscos		64.195	53.959
Variações das provisões técnicas de prêmios		(14.397)	(4.323)
Prêmios ganhos		57.578	49.636
Sinistros ocorridos		(6.268)	(4.115)
Custos de aquisição		(3.944)	(1.145)
Outras receitas e despesas operacionais		(23.856)	(12.563)
Despesas administrativas	13	(16.560)	(15.098)
Despesas com tributos	13	(38.809)	(31.817)
Resultado financeiro	13	50.740	57.409
Resultado operacional		279.649	234.728
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		-	(1.339)
Resultado antes dos impostos e participações	14	279.649	233.389
Imposto de renda	14	(69.789)	(58.286)
Contribuição social	14	(41.890)	(34.988)
Participações sobre o resultado	14	(792)	(631)
Lucro líquido		167.178	139.484
Quantidade de ações		8.186	8.186
Lucro líquido por ação		20.422,43	17.039,34
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE			
Lucro líquido do exercício		167.178	139.484
Outros lucros abrangentes		2.022	-
Ajustes de títulos e valores mobiliários		3.534	-
Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários		(1.512)	-
Total dos lucros abrangentes para o período		169.200	139.484
Quantidade de ações		8.186	8.186
Lucro líquido por ação		20.669,44	17.039,34

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes TVM	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	150.000	180.098	-	-	330.098
Dividendos complementares:					
AGO de 29/03/2010	-	(31.049)	-	-	(31.049)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	139.484
Proposta para distribuição do resultado:					
Reserva legal	-	6.974	-	(6.974)	-
Reserva de retenção de lucros	-	99.382	-	(99.382)	-
Dividendos - R\$ 4.046,91 por lote de mil ações	-	-	-	(33.128)	(33.128)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	150.000	255.405	-	-	405.405
Dividendos complementares:					
AGO de 31/03/2011	-	(33.128)	-	-	(33.128)
Dividendos complementares:					
AGE de 30/12/2011	-	(155.130)	-	-	(155.130)
Títulos e valores mobiliários	-	-	2.022	-	2.022
Resultado líquido do período	-	-	-	-	167.178
Proposta para distribuição do resultado:					
Reserva legal	-	8.359	-	(8.359)	-
Reserva de retenção de lucros	-	119.115	-	(119.115)	-
Dividendos - R\$ 4.850,35 por lote de mil ações	-	-	-	(39.704)	(39.704)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	150.000	194.621	2.022	-	346.643

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional
A Caixa Vida e Previdência S.A., sediada em Brasília - DF doravante referida também como "Companhia" a Caixa Vida e Previdência S.A., passou a ser controlada, a partir de 28 de dezembro de 2011 pela Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda. A Companhia tem por objeto social atuar no ramo de seguro de vida e planos de previdência privada aberta, nas modalidades de pecúlio e renda, conforme definido na legislação vigente. A Companhia utiliza-se da rede de agências e postos de serviço da Caixa Econômica Federal, para comercialização de seus produtos, tendo iniciado suas operações em setembro de 2000.

2. Resposta às principais políticas contábeis
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela SUSEP, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 424, de 29 de abril de 2011. A Companhia não identificou diferenças em relação às práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP que requerem ajustes contábeis nas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2010, apresentadas para fins de comparação, ou nos saldos na data de transição, ou nos saldos na data de transição em 01 de janeiro de 2010. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em 20 de janeiro de 2012.

2.2. Base de transição para o novo BRGAAP
A Companhia aplicou os CPC 37 e 43 na preparação dessas demonstrações financeiras individuais. A data de transição é 01 de janeiro de 2010. A Companhia preparou seu balanço patrimonial de abertura segundo os CPC nessa data.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva.

2.2.1. Isenções opcionais que não se aplicam à Companhia
• Valor justo como custo atribuído - a Companhia não aplicou, por determinação da SUSEP, esta isenção e, portanto, não mensurou itens do imobilizado pelo valor justo em 01 de janeiro de 2010;
• ajuste acumulado de conversão - a Companhia não possui ajuste acumulado de conversão na data de transição e, portanto, não aplicou esta isenção;
• benefício a empregados - a Companhia não possui ganhos e perdas atuariais passados cumulativos em 01 de janeiro de 2010 e, portanto, não aplicou esta isenção;
• o pagamento baseado em ações e a contabilização dos arrendamentos mercantis, uma vez que as práticas contábeis brasileiras e as IFRS já se encontram alinhadas com relação a essas transações para 2010;
• instrumentos financeiros compostos - a Companhia não tem saldo em aberto relacionado a esse tipo de instrumento financeiro na data de transição;
• passivos decorrentes da desativação incluídos no custo de ativos imobilizados, já que a Companhia não tem quaisquer passivos deste tipo.

• ativos financeiros ou ativos intangíveis contabilizados de acordo a IFRIC 12, já que a Companhia não tem contratos firmados sob o escopo desta norma.

2.2.2. Exceções da aplicação retrospectiva seguidas pela Companhia
As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais em 01 de janeiro de 2010 e em 31 de dezembro de 2010 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo").

As outras exceções obrigatórias não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação ao BR GAAP antigo nessas áreas:

- Reversão de ativos e passivos financeiros;
- Participação de não controladores; e
- Contabilidade de hedge.

2.3. Moeda Funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa
Foram considerados, para fins de preparação da Demonstração de Fluxo de Caixa, os saldos de caixa e bancos.

2.5. Ativos financeiros

2.5.1. Classificação e reconhecimento
A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado (para negociação), empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado (para negociação), disponíveis para venda e mantidos até o vencimento
Os títulos e valores mobiliários são classificados e avaliados segundo a intenção da Administração em vender ou manter os títulos classificados como "disponíveis para venda" e "mantidos até o vencimento". Os títulos classificados como "disponíveis para venda" e "mantidos até o vencimento" são valorizados pelo valor investido acrescido dos rendimentos incorridos até a data-base do balanço. Os títulos sujeitos à negociação antes do seu vencimento têm o seu valor contábil ajustado ao valor de mercado, sendo que os ajustes ao valor de mercado são contabilizados em contrapartida ao resultado do período (títulos classificados como "para negociação") ou em conta específica do patrimônio líquido (títulos classificados como "disponíveis para venda"), líquido dos efeitos tributários. Os títulos que compõem a carteira dos fundos de investimento exclusivos, em consonância com o que dispõe a regulamentação, são classificados segundo instruções emitidas pela Companhia para o administrador do fundo, nas categorias "para negociação" ou "mantidos até o vencimento". Os ativos dos fundos de investimento abertos



→ continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

• **Risco estratégico** - Falta de capacidade em proteger-se, adaptar-se ou antecipar-se a mudanças (econômicas, tecnológicas, mercadológicas e etc.) que possam impedir o alcance dos objetivos e metas estabelecidas.

• **Risco atuarial** - Metodologias e/ou cálculos incorretos da tarificação do seguro e pela inadequada constituição das reservas técnicas.

4.1.2. Controle do risco de seguro

A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos da Companhia permite que os riscos de seguro sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado, através de um forte mecanismo de controle implantado, incluindo funções de gerenciamento de risco, funções de controle interno e funções de auditorias internas e externas, independentes das linhas de negócios e outras segregações de funções necessárias. Um regime de alçadas está claramente delineado e padrões de operação bem definidos com normas, procedimentos e atribuições bem descritos, divulgados e monitorados. A Companhia conta com políticas de subscrição de risco, de combate à fraude e segurança da informação (implantadas e monitoradas), sistemática de prevenção à lavagem de dinheiro (implantada e monitorada), e com o trabalho de agentes de risco e conformidade designados, conhecedores de suas atribuições e atuantes em todas as áreas.

4.1.3. Estratégia de resseguro

O programa de resseguro da Companhia garante a cobertura de riscos ligados aos produtos de poupança (previdência) comercializados pela Companhia. Cobertura na forma de resseguro de excesso de danos, garante a cobertura de invalidez permanente total por qualquer causa (acidente ou doença), para capitais superiores à retenção de 0,2 MBRLL.

4.1.4. Teste de sensibilidade

As análises de sensibilidade de risco da Companhia considerando-se as mudanças nas principais premissas em 31 de dezembro de 2011, líquidos dos efeitos tributários, seguem apresentadas nos quadros abaixo, demonstrando os impactos de cada premissa no Resultado e no Patrimônio Líquido:

31/12/2011							
	Taxa 1%	Taxa -1%	Resgate/ Cancelamento 10%	Resgate/ Cancelamento -10%	Mortalidade/ Sinistralidade +5%	Mortalidade/ Sinistralidade -5%	
Sensibilidade							
PGBL-VGBL	-3,6%	4,2%	-0,7%	0,7%	0,0%	0,0%	
RISCO	-8,3%	10,1%	-5,6%	6,1%	-2,8%	2,7%	
Total	-4,2%	5,0%	-1,4%	1,4%	5,1%	5,9%	

31/12/2010							
	Taxa 1%	Taxa -1%	Resgate/ Cancelamento 10%	Resgate/ Cancelamento -10%	Mortalidade/ Sinistralidade +5%	Mortalidade/ Sinistralidade -5%	
Sensibilidade							
PGBL-VGBL	-2,5%	2,6%	-0,5%	0,5%	0,0%	0,0%	
RISCO	-10,1%	12,3%	-6,5%	7,1%	-6,6%	6,6%	
Total	-3,8%	4,2%	-1,5%	1,6%	-1,1%	1,1%	

31/12/2011							
	Taxa 1%	Taxa -1%	Resgate/ Cancelamento 10%	Resgate/ Cancelamento -10%	Mortalidade/ Sinistralidade +5%	Mortalidade/ Sinistralidade -5%	
Sensibilidade							
PGBL-VGBL	-3,6%	4,2%	-0,7%	0,7%	0,0%	0,0%	
RISCO	-8,3%	10,1%	-0,2%	0,2%	-0,1%	0,1%	
Total	-4,2%	5,0%	-0,2%	0,2%	0,22%	0,27%	

31/12/2010							
	Taxa 1%	Taxa -1%	Resgate/ Cancelamento 10%	Resgate/ Cancelamento -10%	Mortalidade/ Sinistralidade +5%	Mortalidade/ Sinistralidade -5%	
Sensibilidade							
PGBL-VGBL	-2,5%	2,6%	-0,5%	0,5%	0,0%	0,0%	
RISCO	-10,1%	12,3%	-0,6%	0,6%	-0,3%	0,3%	
Total	-3,8%	4,2%	-0,2%	0,2%	-0,05%	0,05%	

a) Os contratos de resseguros da Companhia são negociados na forma de Excesso de Danos e garante a cobertura de invalidez permanente total por qualquer causa para capitais superiores à retenção de 0,2 MBRLL. Na construção dos quadros demonstrados nessa Seção levamos em conta o histórico de cessão de prêmios e recuperação de sinistros para estimar o efeito nos resultados Brutos e Líquidos de Resseguro;

b) Risco: coberturas adicionais de risco dos produtos de Previdência;

c) Taxa de juros: "+1%" e "-1%" na curva de taxa de desconto utilizada nas projeções;

d) Resgates/Cancelamento: "+10%" e "-10%" nas curvas de Resgates (totais e parciais) utilizadas na Companhia; e

e) Mortalidade: "+5%" e "-5%" nos q's das tábuas de mortalidade, quando for, o caso ou na sinistralidade geral dos produtos.

4.2. Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Companhia. As áreas-chave em que a Companhia está exposta ao risco de crédito são: i) parte ressegurada dos passivos de seguro; ii) montantes devidos pelos resseguradores referente aos benefícios pagos; iii) montantes devidos pelos segurados referente a contratos de seguro; iv) montantes devidos por intermediários nas operações de seguros; v) montantes referente a empréstimos e recebíveis; e vi) montantes referente a títulos de dívidas. A Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's entre outras. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos.

A exposição máxima em instrumentos financeiros derivativos está descrita na Nota 5.3.

A tabela abaixo demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito:

	31/12/2011		31/12/2010	
	BB+	Sem rating	BB+	Sem Rating
Caixa e equivalente de caixa	17.201	17.201	21.528	21.528
Valor justo por meio do resultado	14.816.986	1.380.141	16.197.126	12.358.746
Ações	676.463	676.463	815.093	815.093
Fundos	2.887.859	10.353	5.466	5.466
Letra financeira do tesouro	7.141.224	2.887.859	4.873.205	4.873.205
Letra do tesouro nacional	4.787.903	7.141.224	1.746.518	1.746.518
Notas do tesouro nacional	520.443	4.787.903	5.739.023	5.739.023
Créditos bancários - CDB/CCB	202.549	520.443	243.312	243.312
Letras financeiras	202.549	202.549	-	-
Outros	(29.667)	(29.667)	(25.317)	(25.317)
Disponíveis para venda	64.164	64.164	-	-
Letra do tesouro nacional	43.973	43.973	-	-
Notas do tesouro nacional	20.191	20.191	-	-
Mantidos até o vencimento	488.022	53.295	328.433	41.627
Notas do tesouro nacional	488.022	488.022	328.433	328.433
Crédito Bancários - CDB/CCB	53.295	53.295	41.627	41.627
Prêmios a receber	1.713	1.713	2	2
Títulos e créditos a receber	114.690	114.690	89.244	89.244
Exposição máxima ao risco de crédito	15.369.172	1.567.040	16.963.212	12.687.179
Exposição máxima ao risco de crédito	15.369.172	1.567.040	16.963.212	12.687.179

Risco de liquidez é o risco associado à deficiência de fundos, decorrentes de dificuldade de se obter recursos, impossibilitando fazer face aos compromissos assumidos em decorrência de gestão insatisfatória. Forte posição de liquidez é mantida através de Política de Gerenciamento de Liquidez para manter recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atingem seu vencimento.

O risco de liquidez encontra-se no FederalPrev. No entanto, como pode ser observado na tabela a seguir, apesar de grande parte da carteira estar classificada em "mantido até o vencimento", o risco de liquidez é mitigado pela parcela marcada em "para negociação" e "disponível para venda", o que garante o cumprimento das obrigações.

Indexador	Descrição	PASSIVO		ATIVO				
		Duração	Valor	Valor	Títulos	Taxa		
PMBaC	-	10,2	-	302	NTNC HM	9,67	7,28%	
		-	331	29	NTNC MtM	12,21	5,67%	
				331		9,89	7,14%	
IGPM + 6% a.a.	PMBc e Risco	24,53	59	59	NTNC HM	9,67	7,28%	
		-	-	7	NTNC MtM	12,21	5,67%	
				331		9,89	7,14%	
PIC	-	10,35	35	28	NTNF MtM	1,25	12,47%	
				426		9,25	6,67%	
Excendente Financeiro	-	10,2	24	24	NTNF MtM	1,25	12,47%	
		PIC - Risco	11,44	35	49	LFT	1,75	10,90%
		Outras provisões	-	13	-	-	-	-
		8,92	73	73		1,58		
		11,73	498	498		8,13		
Patrimônio Líquido		539	539	539	Caixa/Sucupira/DPGE/Pequiá			
		11,73	1037	1037		8,13		

No FederalPrev o risco de descasamento de prazos é mitigado pela possibilidade de reaplicação de recursos em títulos mais longos no momento de recebimento dos cupons de juros e no vencimento dos ativos. Além disso, os Recursos Próprios (Patrimônio Líquido) também poderão ser utilizados para o cumprimento das obrigações da Companhia em caso de necessidade.

4.4. Risco de mercado

4.4.1. Gerenciamento de risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva de uma instituição. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras da Companhia, de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco. Entre os riscos inerentes à Companhia, destacam-se: risco de taxa de juros, risco de preço de ações, risco de derivativos.

4.4.2. Controle de risco de mercado

A metodologia utilizada pela Companhia para medir a exposição aos riscos de mercado é o *Value-at-Risk (VaR)*, o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando-se um determinado nível de confiança. Os parâmetros são definidos pela SUSEP, e os limites definidos pela Administração de forma conservadora. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do VaR, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

Para realização dos cálculos o custodiante utiliza-se dos seguintes parâmetros:

- Modelo não-paramétrico;
- Intervalo de confiança de 99%;
- Horizonte temporal de um dia;
- Volatilidade sob o critério EWMA.

O *Value-at-Risk* da carteira de investimentos da Companhia em 31 de dezembro 2011 era de R\$ 20.413.618,06

O valor acima representa a perda máxima das aplicações financeiras da Companhia para o horizonte de tempo de um dia e intervalo de confiança de 99%.

4.4.3. Atribuições relacionadas ao cálculo e monitoramento de risco

Cabe ao custodiante dos ativos:

- Definir as políticas e metodologias de precificação, de gestão de risco de mercado e de medição de performance para os Fundos e Carteiras dos Clientes;
- Fornecer os preços e taxas de operações marcadas a mercado dos Fundos, conforme regras pré-estabelecidas;
- Produzir os relatórios de risco de mercado da Companhia, diários (simplificados) e mensais (completos), contendo informações sobre o nível de exposição dos fundos de investimentos e carteiras consolidadas em relação a diversos fatores de risco (VaR) e de análise de perdas e ganhos (Stress Analysis); e
- Verificar o atendimento à legislação vigente e aos mandatos estabelecidos pela Companhia.

Cabe à Área de Controle de Risco da Companhia:

- Avaliar e definir os limites de investimentos para cada categoria (títulos públicos, títulos privados, ações);
- Acompanhar diariamente os limites de cada Fundo, se certificando do seu enquadramento;
- Informar aos Gestores, os limites de alocação por ativo e os limites de VaR;
- Solicitar aos Gestores, em caso de desenquadramento, o reequadramento dos fundos;
- Atualizar os limites de risco semestralmente ou em caso de mudança da taxa SELIC; e
- Informar mensalmente o VaR dos ativos à SUSEP.

5. Aplicações

5.1. Resumo da classificação das aplicações

As carteiras dos fundos de investimentos exclusivos estão sendo apresentadas, segregadas por tipo de investimento, classificação e prazo de vencimento. Os valores a receber, a pagar e de tesouraria desses fundos estão sendo apresentados na linha de outros valores.

	31/12/2011		31/12/2010		31/12/2011	
	Valor de Mercado	Valor do Custo	Valor de Mercado	Valor do Custo	Sem Vencimento	Acima de 05 anos
Títulos para negociação						
Letras financeiras do tesouro	2.887.859	2.888.059	4.873.205	4.873.719	-	628.673
Letras do tesouro nacional	7.141.224	6.905.426	1.746.518	1.750.547	-	6.864.844
Notas do tesouro nacional	4.787.903	4.701.159	5.739.023	5.708.665	-	2.140.928
Créditos bancários - CDB/CCB	520.443	519.888	243.312	243.834	-	70.588
Outros valores	859.697	1.026.027	795.242	812.213	657.148	-
Total	16.197.126	16.040.559	13.397.300	13.388.978	657.148	722.430
Disponível para venda						
Letras do tesouro nacional	43.973	41.545	-	-	-	43.973
Notas do tesouro nacional	20.191	19.085	-	-	-	20.191
Total	64.164	60.630	-	-	-	43.973
Mantidos até o vencimento						
Notas do tesouro nacional	488.022	418.097	328.433	262.189	-	418.097
Créditos bancários - CDB/CCB	53.295	53.290	41.627	41.774	-	31.708
Total	541.317	471.387	370.060	303.963	-	21.582
Total em 31/12/2011	16.732.677					
Total em 31/12/2010	13.701.263					

a. Abertura por nível

A tabela abaixo apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como se segue:

- Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo.
- Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 - títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

Descrição	31/12/2011		31/12/2010	
	Nível 1	Nível 2	Total	Total
Títulos disponíveis para venda	64.164	-	64.164	-
Títulos a valor justo através do resultado (para negociação)	15.676.683	520.443	16.197.126	-
Títulos mantidos até o vencimento	488.022	53.295	541.317	-
Total	16.228.869	573.738	16.802.607	-
Descrição	Nível 1	Nível 2	Total	Total
Títulos a valor justo através do resultado (para negociação)	13.153.989	243.311	13.397.300	-
Títulos mantidos até o vencimento	328.433	41.627	370.060	-
Total	13.482.422	284.938	13.767.360	-

5.2. Instrumentos financeiros derivativos

A política de utilização de instrumentos derivativos, contratados através dos fundos de investimentos exclusivos, visa à proteção dos ativos contra os riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros e observando-se os limites estabelecidos na regulamentação vigente. As operações visam à compensação de eventuais perdas que podem ser geradas por títulos públicos com juros prefixados em cenário de alta de juros.

A estratégia de gerenciamento dos riscos, num cenário de alta dos juros, está baseada na transformação de taxas prefixadas em taxas pós-fixadas. Com essa finalidade, são realizadas operações de compra de contratos de DI no mercado futuro.

O risco associado a essa estratégia se limita ao risco de crédito da contraparte, mitigado por depósito de margens em garantia, junto à da BM&FBovespa pelos detentores das posições em derivativos.

O controle das posições em derivativos é feito pelo custodiante e, internamente, pelo officer de risco, não subordinado diretamente à gestão de ativos, garantindo-se a independência no acompanhamento dos riscos.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos são apurados de acordo com a cotação de mercado e estão reconhecidas nas demonstrações financeiras conforme quadros abaixo:

	31/12/2011		31/12/2010	
	Entre 01 e 05 anos	Vencimento	Entre 01 e 05 anos	Vencimento
DI Compromissos/Compra				
Valor de referência	7.037.902	2.731.492	477.100	6.560.802
Valor justo	7.037.902	2.731.492	477.100	6.560.802
Resultado acumulado	(77.386)	28.444	(6.366)	(71.020)

5.3. Análise de sensibilidade

5.3.1. Carteira de ativos

O método utilizado para a análise de sensibilidade dos ativos da Companhia é o de Stress Testing, o qual é feito apenas para as classificações AFS e MtM.

Nos exercícios de estresse diário, são calculados os resultados do VaR das carteiras da Companhia utilizando-se diferentes cenários de estresse divulgados pela BM&FBovespa.



→ continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo, para seu pessoal-chave da Administração.

13. Detalhamento das principais contas da demonstração de resultado

Apresentamos a seguir o detalhamento dos principais grupos de contas da demonstração do resultado:

	31/12/2011	31/12/2010
I) Custos de aquisição		
Comissões sobre vendas	(13.206)	(7.551)
Tarifa de cobrança	(683)	(715)
Variação das despesas de comercialização diferidas	–	(5.990)
Campanhas comerciais	(2.674)	(1.357)
Outras despesas de comercialização	(5)	–
Total	(16.568)	(15.613)
II) Despesas administrativas		
Pessoal próprio	(5.233)	(5.427)
Serviços de terceiros	(4.561)	(3.405)
Localização	(3.435)	(1.525)
Publicidade e propaganda	(2.799)	(3.682)
Outras despesas administrativas	(532)	(1.059)
Total	(16.560)	(15.098)
III) Receitas/despesas financeiras		
Resultado com títulos de renda fixa	11.137	3.117
Resultado com fundos de investimentos	1.213.749	902.994
Despesas com provisões técnicas - vida cobertura sobre	(906.250)	(618.732)
Despesas com provisões técnicas - previdência complementar	(266.249)	(228.074)
Demais receitas/despesas financeiras	(1.647)	(1.896)
Total	50.740	57.409
IV) Outras receitas e despesas operacionais		
Tarifas de cobrança e uso de balcão	(26.555)	(13.926)
Incentivo e manutenção de vendas	(2.908)	(1.301)
Fretes e correspondências	(1.426)	(1.550)
Custos Processuais	(2.659)	493
Publicidade e propaganda - Produto	(663)	(1.626)
Despesas operacionais Resseguro	(1.040)	(1.027)
Tarifas de pagamentos efetuados	(1.589)	(324)
Serviços com manuseio de documentos	(590)	(493)
Outras despesas com op. previdência	(520)	(728)
Demais receitas/despesas operacionais	(1.839)	462
Total	(39.789)	(20.020)
V) Despesas com tributos		
IPJU e ISS	(12.957)	(9.495)
PIS/COFINS	(22.774)	(20.239)
Outras despesas com tributos	(3.078)	(2.083)
Total	(38.809)	(31.817)

14. Imposto de renda e contribuição social

Apresentamos a seguir a conciliação entre as alíquotas nominal e efetiva do imposto de renda e da contribuição social:

Descrição	31/12/2011		31/12/2010	
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
Resultado antes dos tributos e após participações	278.857	278.857	232.758	232.758
Base de cálculo	278.857	278.857	232.758	232.758
Taxa nominal do tributo	15,00%	25,00%	15,00%	25,00%
Tributo calculado a taxa nominal	(41.829)	(69.714)	(34.914)	(58.190)
Ajustes do lucro real	10.392	10.392	12.776	12.776
Ajustes temporários diferidos	(11.171)	(11.171)	(12.283)	(12.283)
Ajustes Regime tributário de transição	1.188	1.188	–	–
Total dos ajustes a base de cálculo	409	409	493	493
Tributos sobre os ajustes	(61)	(102)	(74)	(123)
Incentivos fiscais	–	27	–	27
Despesa contabilizada Taxa efetiva	(41.890)	(69.789)	(34.988)	(58.286)
15. Participação nos lucros				
A participação nos lucros, devida aos empregados, está definida no Estatuto da Companhia e limitada a 5% do lucro apurado depois de deduzidos os ajustes nos lucros acumulados e apuração do imposto de renda e a contribuição social.				
O valor contabilizado no exercício ficou dentro do limite estabelecido no Estatuto e foi calculado conforme regras firmadas através de acordo feito com o sindicato da categoria. Os ajustes destas provisões são feitos, quando necessários, no exercício subsequente em função das decisões da Assembleia Geral Ordinária.				
16. Plano de previdência patrocinado				
A Companhia é co-patrocinadora de planos de previdência complementar para seus funcionários e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL <i>Preinvest</i>). O <i>Preinvest</i> é um plano de benefícios que concede complemento de aposentadoria sob a forma de renda temporária ou vitalícia, além de outros benefícios opcionais, sendo constituído sob o regime financeiro de capitalização na modalidade de contribuição variável.				
Nos termos do regulamento do fundo, o patrocinador contribui com percentuais variáveis, dependendo da idade de ingresso no plano, aplicados sobre o salário de contribuição do empregado. A patrocinadora contribui, ainda, com até cinco vezes o valor das contribuições espontâneas dos empregados, segundo critérios estabelecidos no Regulamento.				
Os critérios de contabilização seguem as normas definidas pelos órgãos fiscalizadores como Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.				
No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia efetuou contribuições no montante de R\$ 170 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 190).				
17. Patrimônio líquido ajustado, capital base, adicional e mínimo requerido				
Abaixo apresentamos os valores de: i) Patrimônio líquido ajustado; ii) Capital base; iii) Capital adicional e suas parcelas; iv) Capital mínimo requerido:				
	31/12/2011	31/12/2010		
Patrimônio líquido ajustado	346.643	405.405		
1 - Patrimônio Líquido	19.463	337		
2 - Deduções	316	336		
Despesas antecipadas	19.147	1		
Marcas e Patentes	–	–		
Patrimônio líquido ajustado (1 - 2)	327.180	405.068		
Capital base	7.200	N/A		
CA	143.914	N/A		
Capital adicional total	154.846	N/A		
Capital Mínimo Requerido (CMR)	154.846	N/A		
18. Seguro dos produtos de risco				
Para a garantia dos excedentes de riscos individuais inerentes à cobertura de invalidez permanente total, superiores a R\$ 200, a Companhia realiza uma operação de resseguro junto ao IRB Resseguros S.A., por meio de contrato específico. Os prêmios contabilizados pela Companhia no seu resultado totalizam R\$ 1.041 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 1.027).				
19. Prêmios de resseguro				
A companhia possui contrato de resseguro para carteira de previdência (invalidez permanente), com IRB-Brasil Re S.A., trata-se de resseguro não proporcional, desta forma, não é aplicável o percentual ressegurado.				
20. Comitê de auditoria				
O resumo do relatório do Comitê de Auditoria - Resolução CNSP 118/04 está disponibilizado em conjunto com as demonstrações financeiras da Caixa Seguradora S.A.				

Parecer Atuarial

Ao Conselho de Administração e Acionistas da **Caixa Vida e Previdência S.A.**:
(1) Tendo em vista as determinações da Circular SUSEP nº 272/2004, foi realizada a avaliação atuarial dos planos da **Caixa Vida e Previdência S.A.**, relativa à posição de 31/12/2011, utilizando-se teorias e práticas atuariais de consenso geral na certificação dos valores calculados, conforme relatório destinado àquela Autarquia.
(2) Nossos estudos e análises técnicas foram conduzidos em observância dos princípios atuariais e compreenderam, principalmente, a avaliação das Provisões Técnicas e Matemáticas visando certificar que a Seguradora possui capacidade de cumprir os compromissos assumidos perante seus participantes.
(3) Verificamos, com base nos dados da companhia, a necessidade da constituição da Provisão de Insuficiência de Contribuição - PIC para o produto Federalprev no montante de R\$ 12.311.077,48 e para

os produtos PGBL e VGBL no montante de R\$ 12.059.391,32, relativa aos Participantes que não estão em gozo de benefício, posicionado em dezembro/2011. Para o exercício de 2012, essa provisão será calculada aplicando-se o percentual de 3,732% e 0,077% respectivamente sobre o saldo da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder desses produtos.
(4) Desta forma, verificamos a precisão das bases de dados, as metodologias utilizadas e a consistência das Provisões Técnicas e Matemáticas constituídas, bem como a movimentação na carteira por tipo de benefícios durante o período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2011, inclusive, considerando o regime de caixa. Vale ressaltar que foram analisadas as justificativas e metodologias apresentadas para os resultados obtidos, através de testes de consistência de acordo com as orientações emanadas pelo órgão fiscalizador.

(5) Certificamos, portanto, que as Provisões Técnicas e Matemáticas refletem adequadamente os valores que foram constituídos em 31 de dezembro de 2011 e são suficientes para honrar os compromissos da Caixa Vida e Previdência para com os participantes, ratificando que os critérios técnicos estabelecidos nas Notas Técnicas Atuariais aprovadas e nas normas vigentes estão sendo obedecidas.
(6) O Teste de Adequação de Passivo - TAP - elaborado pela **Caixa Vida e Previdência S.A.** e anexado ao relatório da avaliação, ratifica que as provisões constituídas pela Cia. em 31 de dezembro de 2011 não apresentam insuficiência nos agrupamentos analisados.

Paulo Otávio S. Camara Atuarial Responsável Técnico - MIBA nº 949
Juvêncio Cavalcante Braga Diretor

Diretoria Executiva

Thierry Marc Claude Claudon Diretor-Presidente	Juvêncio Cavalcante Braga Diretor
----------------------------------------------------------	---------------------------------------------

Contador

Marco Antonio Barbosa Pires Contador CRC DF 014151/O-6

Atuário

Paulo Otávio Silva Camara Atuário MIBA nº 949

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da **Caixa Vida e Previdência S.A.**, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado do Exercício, o Fluxo de Caixa, as Mutações Patrimoniais e as respectivas Notas Explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 e, ainda, com base no Parecer dos Auditores Independentes, é da opinião que as citadas peças, examinadas à luz da legislação societária vigente, encontram-se em condições de serem aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.
Brasília, 15 de fevereiro de 2012

José Marcolino Lincoln	José Antônio Lima Tenório	Pedro Jucá Maciel
-------------------------------	----------------------------------	--------------------------

Parecer do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da **Caixa Vida e Previdência S.A.**, tendo examinado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, aprovou, por unanimidade, a referida proposição. Face ao exposto, é de parecer que os citados documentos merecem a aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas.
Brasília, 15 de fevereiro de 2012

Thierry Marc Claude Claudon - Presidente	Márcio Percival Alves Pinto	José Lopes Coelho	Jérôme Marie Denis Philippe Garnier	Carlos Márcio Bicalho Cozenedy
-------------------------------------------------	------------------------------------	--------------------------	--------------------------------------------	---------------------------------------

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Caixa Vida e Previdência S.A.
Examinamos as demonstrações financeiras da Caixa Vida e Previdência S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Brasília, 27 de fevereiro de 2012



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 25P000160/O-5 "F" DF

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 15P171564/O-1 "S" DF



Relatório da Administração - Exercício de 2011

Senhores Acionistas,
Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da CAIXA CONSÓRCIOS S.A. Administradora de Consórcios relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Em continuidade ao planejamento estratégico, a Administração realizou em dezembro último uma reestruturação societária no Grupo Caixa Seguros, que resultou na transferência das ações da CAIXA CONSÓRCIOS S.A., até então detidas pela Caixa Seguradora S.A., para a Caixa Seguros Holding S.A. Esta reestruturação depende da homologação da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

A Companhia obteve um lucro líquido no exercício de 2011 no ordem de R\$ 124,4 milhões. Com este resultado, a taxa de rentabilidade sobre o seu patrimônio líquido foi de 55,7%.

Ao longo do ano de 2011, a Companhia acumulou uma receita bruta de prestação de serviços na ordem de R\$ 243 milhões. O patrimônio líquido da Companhia em dezembro de 2011 foi de R\$ 168,1 milhões. A redução em relação ao saldo registrado ao final de 2010 foi decorrente da distribuição complementar de dividendos, aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada 30 de dezembro.

A CAIXA CONSÓRCIOS S.A. planeja investir na fidelização dos clientes e na modernização dos produtos. Todas essas ações serão pautadas pela responsabilidade socioambiental e pela gestão sustentável dos negócios.

A CAIXA CONSÓRCIOS S.A. tem como prática a distribuição de seus resultados, assegurando aos acionistas, a título de dividendos, o mínimo de 25%, conforme estabelecido no Estatuto Social. Diante da atual capacidade financeira, os títulos classificados na categoria "até o vencimento" serão mantidos até o vencimento.

Partes Relacionadas - Auditores Externos

Com o objetivo de atender à instrução CVM nº 381, informamos que a empresa de auditoria PRICE WATERHOUSE COOPERS Auditores Independentes não prestou serviços não relacionados à auditoria externa em patamares superiores a 5% do total de honorários de auditoria externa ao longo do exercício de 2011.

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa fundamenta-se nos princípios que preservam a independência dos auditores independentes. Ela consiste, de acordo com os princípios internacionalmente aceitos, em:

- a) o auditor não deve auditar o próprio trabalho;
- b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no cliente; e
- c) o auditor não deve promover os interesses do cliente.

Considerações Finais e Agradecimentos

A CAIXA CONSÓRCIOS S.A. agradece o apoio e a confiança dos acionistas e conselheiros.

Agradecemos também o apoio dado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) à regulação do setor e, em particular, aos nossos clientes, objetivo principal do nosso trabalho.

Por fim, a CAIXA CONSÓRCIOS S.A. reconhece o esforço eficaz e o profissionalismo do seu corpo funcional e da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. O apoio e a dedicação mais uma vez demonstrados são fatores fundamentais para consolidar as conquistas obtidas e enfrentar, com competência e dinamismo, nossos futuros desafios.

Brasília, 16 de fevereiro de 2012

A Diretoria

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais)

ATIVO	NOTA	31/12/2011	31/12/2010	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/12/2011	31/12/2010
Ativo circulante		363.877	313.407	Passivo circulante		229.471	115.733
Disponibilidades		657	248	Outras obrigações		229.471	115.733
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		243.258	273.802	Sociais e estatutárias	7	149.001	34.847
Carteira própria	4	243.258	273.802	Fiscais e previdenciárias	8	68.659	72.733
Outros créditos	5	43.478	39.227	Diversas	9	11.811	8.153
Créditos específicos		271	–	Patrimônio líquido	10	168.095	223.548
Diversos		43.287	39.307	Capital		60.000	60.000
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(80)	(80)	De domiciliados no país		60.000	60.000
Outros valores e bens		35	130	Reservas de lucros		105.319	163.548
Despesas antecipadas		35	130	Ajustes de avaliação patrimonial		2.776	–
Ativo realizável a longo prazo		108.322	25.187				
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		108.323	25.187				
Carteira própria	4	108.323	25.187				
Permanente		1.815	687				
Imobilizado de uso		344	303				
Outras imobilizações de uso		736	625				
Depreciações acumuladas		(392)	(322)				
Intangível		1.471	–				
Ativos intangíveis		1.605	–				
Amortização acumulada		(134)	–				
Diferido		–	384				
Gastos de organização e expansão		–	384				
TOTAL DO ATIVO		397.566	339.281	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		397.566	339.281

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração de Resultado (Em milhares de reais, exceto no lucro por ação)

	NOTA	2º Semestre de 2011	31/12/2011	31/12/2010
Receita da intermediação financeira		18.126	34.153	24.382
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		18.126	34.153	24.382
Resultado bruto da intermediação financeira		18.126	34.153	24.382
Outras receitas/despesas operacionais		69.746	154.760	194.368
Receitas de prestação de serviços	13	117.658	243.020	258.219
Despesas de pessoal		(2.543)	(5.290)	(5.347)
Outras despesas administrativas		(4.915)	(9.588)	



- * continuação

Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstração da Conciliação do Lucro Líquido (Em milhares de reais)

	2º Semestre 2011	31/12/2011	31/12/2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos operacionais	130.531	266.812	268.198
Pagamentos de comissões	(12.278)	(29.469)	(17.240)
Pagamentos de despesas com operações de consórcios	(13.777)	(23.868)	(18.914)
Pagamentos de despesas e obrigações	(5.991)	(12.578)	(15.510)
Pagamento de indenizações e despesas em processos judiciais	(386)	(386)	(5)
Constituição de depósitos judiciais	(71)	(72)	(164)
Resgates de depósitos judiciais	232	232	101
Pagamentos de participações nos resultados	-	(369)	(433)
Caixa gerado pelas operações	98.260	200.302	216.033
Impostos e contribuições pagos	(33.298)	(106.349)	(89.989)
Juros pagos	(57)	(108)	(1)
Investimentos financeiros	(64.158)	(23.696)	(30.779)
Aplicações	(238.585)	(352.953)	(204.090)
Vendas e resgates	174.427	329.257	173.311
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	747	70.149	95.264
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamento pela compra de ativo permanente	(289)	(1.348)	(327)
Imobilizado	(102)	(111)	(206)
Intangível	(187)	(1.237)	(121)
Recebimento pela venda de ativo permanente:	-	-	36
Imobilizado	-	-	36
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(289)	(1.348)	(291)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	(68.392)	(95.106)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	-	(68.392)	(95.106)
Aumento/(redução) líquido (a) de caixa e equivalentes de caixa	458	409	(133)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	199	248	381
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	657	657	248
DEMONSTRAÇÃO DA CONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO COM FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL			
	2º Semestre 2011	31/12/2011	31/12/2010
Lucro líquido do período	57.695	124.425	143.780
AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO			
Depreciação e amortização	169	204	65
Varição de ajustes de títulos e valores mobiliários	2.497	2.776	-
Varição dos investimentos financeiros	(79.862)	(52.592)	(50.158)
Varição de outros créditos	(15.793)	(4.251)	(503)
Varição de outros valores e bens	99	95	25
Varição das obrigações sociais e estatutárias	309	(108)	170
Varição das obrigações fiscais e previdenciárias	30.835	(4.074)	17.100
Varição de outras obrigações	4.798	3.674	(15.215)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	747	70.149	95.264
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras			

Demonstração das Variações nas Disponibilidades de Grupos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2º semestre de 2011 (Em milhares de reais)

	2º Semestre 2011	31/12/2011	31/12/2010
Disponibilidades no início do período	1.999.675	1.779.069	1.477.404
Depósitos bancários	40.722	13.426	29.563
Aplicações financeiras - grupos	218.550	139.298	114.728
Aplicações financeiras - vinculadas a contemplações	1.740.403	1.626.345	1.333.113
(+) Recursos coletados	873.596	1.755.123	1.714.117
Contribuições para aquisição de bem	602.051	1.215.771	1.208.701
Taxa de administração	117.787	242.112	248.075
Contribuições ao fundo de reserva	29.667	59.581	59.649
Rendimento de aplicações financeiras	95.275	178.983	127.962
Multas e juros moratórios	3.019	5.515	4.991
Prêmios de seguros	24.160	47.690	45.056
Custas judiciais	192	305	63
Reembolso de despesas de registro	-	1	-
Outros	1.445	5.165	19.620
(-) Recursos utilizados	763.919	1.424.840	1.412.452
Aquisição de bens	553.855	1.054.915	1.002.833
Taxa de administração	118.095	243.468	258.255
Multas e juros moratórios	1.470	2.726	2.489
Prêmios de seguros	38.506	46.449	51.461
Custas judiciais	912	1.418	1.721
Devolução a consorciados desligados	18.754	32.799	25.086
Outros	32.327	43.065	70.607
Disponibilidades no final do período	2.109.352	2.109.352	1.779.069
Depósitos bancários	26.241	26.241	13.426
Aplicações financeiras - grupos	187.228	187.228	139.298
Aplicações financeiras - vinculadas a contemplações	1.895.883	1.895.883	1.626.345
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras			

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional
A Caixa Consórcios S.A. Administradora de Consórcios iniciou suas atividades em 16 de outubro de 2002 e está sediada em Brasília - DF. Em dezembro de 2011, o controle da Companhia passou a ser exercido pela Caixa Seguros Holding S.A. A Companhia tem por objeto social a constituição e administração de grupos de consórcios destinados à aquisição de bens móveis e imóveis, conforme definido na legislação em vigor, sendo a Caixa Econômica Federal (CEF) sua principal parceira na comercialização de seus produtos.

2. Apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram preparadas com base nas disposições da Lei das Sociedades por Ações e legislação complementar, com observância às normas e instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil, específicas para administradoras de consórcios e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições Financeiras - COSIF, e práticas contábeis adotadas no Brasil. Foram adotadas nas demonstrações financeiras as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, relacionadas ao processo de convergência contábil internacional e que foram aprovadas pelo Banco Central do Brasil. São elas: CPC 1, CPC 3, CPC 5, CPC 24 e CPC 25. Conforme requerido pelo Banco Central do Brasil, estão sendo apresentadas as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e das variações nas disponibilidades dos grupos. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 16 de fevereiro de 2012.

3. Principais práticas contábeis da Administradora
a. Caixa e equivalente de caixa
Foram considerados, para fins de preparação da demonstração de fluxo de caixa, os saldos de caixa e bancos.
b. Ativos e passivos circulantes
Os ativos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e provisão para perdas quando aplicável. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.
c. Títulos e valores mobiliários
Estão demonstradas pelo custo mais rendimentos auferidos até a data do balanço.
d. Permanente
O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. O intangível refere-se a gastos em desenvolvimento de sistemas informatizados, a serem amortizados a partir da data de sua utilização.
e. Apuração do resultado
A apuração do resultado obedece ao regime de competência, exceto pela taxa de administração, que é reconhecida quando do seu efetivo recebimento. As despesas relacionadas à utilização do balanço da CEF são reconhecidas por ocasião da venda das cotas de consórcios e as de formalização de garantia e custo de contemplação por ocasião da contemplação dos consorciados. As despesas com formalização de garantia são liquidadas no momento da efetiva utilização da carta de crédito.
f. Provisão para imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240, e inclui as futuras opções para aplicações em incentivos fiscais. A contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro ajustado, de acordo com a legislação em vigor. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas vigentes, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros. As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no ativo circulante.

4. Títulos e valores mobiliários

Representados por:
a. Cotas de fundos exclusivos de investimento: valorizadas pelo valor unitário da cota divulgado pelo administrador do fundo, sendo compostos por títulos públicos federais (LTF, LTN e NTN) e;
b. Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE, classificados como Mantidos até o Vencimento, possuindo garantia do Fundo Garantidor de Crédito - FGC, até o limite de R\$ 20 milhões e prazo de cinco anos.

	31/12/2011		31/12/2010	
	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado
Títulos para negociação				
Letras financeiras do tesouro	19.832	19.835	31.260	31.265
Letras do tesouro nacional	36.644	35.037	43.027	43.203
Notas do tesouro nacional	173.521	171.009	187.887	187.061
Outros valores	2.732	2.732	2.047	2.047
Total	232.729	228.613	264.221	263.576
Disponíveis para venda				
Letras do tesouro nacional	56.883	53.839	-	-
Notas do tesouro nacional	19.566	18.403	-	-
Total	76.449	72.242	-	-
Mantidos até o vencimento				
Notas do tesouro nacional	10.853	10.529	10.074	9.581
Créditos bancários - CDB/CCB	41.877	31.874	25.039	25.187
Total	42.670	42.403	35.113	34.768
Total em 31/12/2011	351.581			
Total em 31/12/2010	298.989			

	31/12/2011		
	Sem Vencimento	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos
Títulos para negociação			
Letras financeiras do tesouro	-	-	19.832
Letras do tesouro nacional	-	-	36.644
Notas do tesouro nacional	-	107.698	35.537
Outros valores	2.732	-	-
Total	2.732	107.698	92.013
Disponíveis para venda			
Letras do tesouro nacional	-	-	56.883
Notas do tesouro nacional	-	-	19.566
Total	-	-	56.883
Mantidos até o vencimento			
Notas do tesouro nacional	-	10.529	-
Créditos bancários - CDB/CCB	-	-	31.874
Total	-	10.529	31.874

5. Outros créditos - Administradora

Os valores registrados como outros créditos podem ser assim apresentados:

	31/12/2011	31/12/2010
Outros créditos		
Créditos tributários	42.022	35.180
Adiantamentos e antecipações salariais	28	21
Títulos e cred. a receber s/característica de concessão crédito (*)	1.008	3.878
Outros valores	420	148
Total	43.478	39.227

(*) valores a receber de grupos de consorciados.

6. Créditos tributários

A composição dos créditos tributários e a movimentação dos créditos tributários decorrentes de adições temporárias podem ser resumidas como segue:

a) Composição

	31/12/2011				
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Outros Tributos	Curto Prazo	Longo Prazo
Antecipações	9.504	-	18.516	-	-
A compensar	-	-	13.512	-	41
Adições temporárias	94	25	260	70	-
Total	9.598	25	32.288	70	41

	31/12/2010				
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Outros Tributos	Curto Prazo	Longo Prazo
Antecipações	8.844	-	19.178	-	-
A compensar	-	-	6.545	-	2
Adições temporárias	162	-	449	-	-
Total	9.006	-	26.172	-	35.180

(i) Constituídas ao longo do exercício, são baixadas contra a provisão para tributos, classificada no ativo circulante, quando da entrega da Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ).
(ii) Referem-se, substancialmente a estimativa de PLR que será dedutível quando do seu efetivo pagamento e outros provisões administrativas.

b) Créditos tributários sobre adições temporárias

	31/12/2011		31/12/2010	
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
Saldo inicial	162	449	1.796	4.988
Constituições sobre diferenças temporárias	35	98	44	122
Realização sobre diferenças temporárias	(78)	(217)	(1.678)	(4.661)
Saldo atual	119	330	162	449

7. Obrigações sociais e estatutárias - Administradora

Os valores que compõem as obrigações sociais e estatutárias podem ser assim apresentados:

	31/12/2011	31/12/2010
Obrigações sociais e estatutárias		
Dividendos do exercício a pagar	31.106	34.196
Dividendos complementares	117.351	-
Gratificações e participações	544	651
Total	149.001	34.847

8. Obrigações fiscais e previdenciárias - Administradora

Os valores que compõem as obrigações fiscais e previdenciárias podem ser assim apresentados:

	31/12/2011	31/12/2010
Obrigações fiscais e previdenciárias		
Provisão de impostos e contribuições sobre o lucro	63.996	67.986
Outros impostos	4.663	4.747
Total	68.659	72.733

9. Obrigações diversas - Administradora

Os valores que compõem as obrigações diversas podem ser assim apresentados:

	31/12/2011	31/12/2010
Obrigações diversas		
Recursos não procurados grupos encerrados	2.668	3.601
Valores a devolver a grupos	1.030	203
Despesas de pessoal	630	504
Arrendamento de balcão	446	795
Comissões a pagar	5.789	1.501
Fornecedores	315	305
Outras contas a pagar provisões	29	455
Outras contas a pagar eventos subsequentes	257	238
Outros valores	647	551
Total	11.811	8.153

10. Patrimônio líquido - Administradora

a. Capital social
O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 7.711.637 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b. Reservas de lucros

i. Reserva legal - é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital.

ii. Reserva de retenção de lucros é constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício após consideração dividendo proposto e a reserva legal. A Assembleia Geral Ordinária pode deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, reinvestimento nas operações da Companhia ou para distribuição complementar de dividendos. Em 31 de dezembro de 2011, as reservas da Companhia somavam R\$ 105.319,31 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 163.548).

c. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto da Companhia, de 25% sobre o lucro líquido do exercício. Os dividendos provisionados foram calculados como segue:

	2º Semestre de 2011	31/12/2011	31/12/2010
Lucro líquido do período	57.695	124.425	143.780
(-) Reserva legal	-	-	(6.994)
Base de cálculo	57.695	124.425	136.786
Dividendo mínimo - 25%	14.424	31.106	34.196
Total	14.424	31.106	34.196

11. Transações com partes relacionadas - Administradora

A Administração identificou como partes relacionadas que possuem operações com a Companhia: sua controladora Caixa Seguros Holding S.A., Caixa Econômica Federal, acionista da sua controladora, Caixa Seguros S.A., Caixa Vida e Previdência S.A., companhias sob controle comum, seus administradores, conselheiros e demais membros considerados como "pessoal-chave" da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05. A Companhia atua de forma integrada com sua controladora e compartilha com ela certos componentes da estrutura física e administrativa. Os saldos relativos às operações realizadas com partes relacionadas podem ser demonstrados como segue:

	31/12/2011		31/12/2010	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades:				
Caixa Econômica Federal (lig				